

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MICHELLE MACHADO GERENT

BALANÇO SOCIAL:

UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS INDICADORES DA UNIMED FLORIANÓPOLIS

FLORIANÓPOLIS
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MICHELLE MACHADO GERENT

BALANÇO SOCIAL:

UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS INDICADORES DA UNIMED FLORIANÓPOLIS

Trabalho de Conclusão de Estágio apresentado à disciplina Estágio Supervisionado – CAD 5236, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, área de atuação em Administração Financeira.

Professor Orientador: Priscilla Martins Ramos

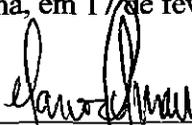
FLORIANÓPOLIS
2006

MICHELLE MACHADO GERENT

BALANÇO SOCIAL:

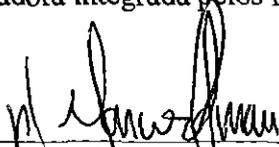
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS INDICADORES DA UNIMED FLORIANÓPOLIS

Este Trabalho de Conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágios do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 17 de fevereiro de 2006.

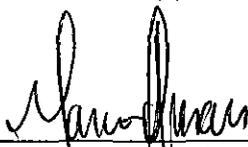


Prof. Marcos Dalmau
Coordenador de Estágios

Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos Professores:



Professora Priscilla Martins Ramos
Orientador(a)



Professor Marcos Dalmau
Membro



Professora Vera Luci de Almeida
Membro

Dedico este trabalho aos meus pais, Kátia e Rubens, que deram o melhor de si, dando-me amor, apoio e incentivo para que eu sempre superasse todos os obstáculos, para que eu pudesse chegar até aqui e alcançar mais uma conquista em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o período de graduação do Curso de Ciências da Administração muitas foram às pessoas que trouxeram das formas mais variadas, direta e indiretamente, colaborações e contribuições, desta forma desejo agradecer a algumas pessoas em especial:

A Deus, por me acompanhar em todos os momentos, dando-me forças e perseverança para chegar a mais uma etapa da minha vida.

Ao meu namorado Felipe, pela compreensão e incentivos durante minha formação acadêmica.

À minha irmã, pelo carinho, por tudo que sempre fez e faz por mim.

À Professora Priscilla, pela amizade e atenção dispensada na orientação desta monografia.

Aos professores do curso de Ciências da Administração, pela dedicação e transmissão de conhecimento, contribuindo para minha formação acadêmica.

As minhas amigas Andrea Santoro (Dea), Luciana Ribas (Lu), Carolina Boeira (Carol) e Alma Serena (Alma), pelo companheirismo e amizade durante toda a vivência acadêmica; por tudo que passamos juntas.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho e participaram de minha formação acadêmica, permitindo-me sonhar e concretizar este primeiro passo de minha formação profissional.

“É melhor tentar e falhar que se preocupar em ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão, que se sentar fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver”.

Martin Luter King

RESUMO

GERENT, Michelle Machado. **Balanço Social**: um estudo de caso sobre os indicadores da Unimed Florianópolis. 2006. 125f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

No cenário mundial atual, surge a necessidade de as empresas dedicarem suas ações e atenções para a sociedade e meio ambiente, que vai além de suas ações técnicas, legais e financeiras. Surge, então, a idéia de responsabilidade social, evidenciada por intermédio de um demonstrativo chamado Balanço Social. É um demonstrativo que possui um importante papel para a empresa, pois além de relatar o envolvimento desta com a sociedade e o meio ambiente, também se torna uma estratégia de marketing, pois uma organização que cumpre seu papel social atrai mais consumidores. A pesquisa tem como objetivo analisar o Balanço Social da Unimed Florianópolis, verificando os indicadores dos anos de 2002, 2003 e 2004. Mostrar como surgiu e evoluiu ao longo do tempo a idéia de responsabilidade social e Balanço Social torna-se indispensável para quem deseja entender realmente este assunto. Por não ser uma demonstração exigida por Lei, existem vários modelos de Balanço Social e nem todas as organizações têm o costume de publicá-lo. Apenas as organizações socialmente responsáveis o fazem e, mesmo assim, torna-se difícil fazer uma comparação entre elas, devido aos diferentes modelos existentes e um Balanço Social é composto de vários indicadores. Em relação à metodologia, este trabalho caracteriza-se quanto à sua abordagem por intermédio de uma pesquisa qualitativa; quanto aos seus objetivos, por uma pesquisa exploratória e, em relação ao procedimento, por uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de reunir dados para o desenvolvimento do tema abordado e na exposição do caso prático pretendeu-se coletar dados sobre o Balanço Social da empresa para demonstrar como a teoria está sendo utilizada na prática. O quarto capítulo desta monografia apresenta, então, um estudo de alguns indicadores do Balanço Social da Unimed Florianópolis, dos anos 2002, 2003 e 2004. Pôde-se notar que o Balanço Social é um importante meio à disposição da empresa para responder às exigências da sociedade e que os indicadores são indispensáveis, pois são eles que demonstram em que áreas a empresa se preocupa mais. Segundo os resultados da pesquisa pode-se destacar que o indicador que a cooperativa mais investe são nos indicadores sociais internos voltados a seus cooperados.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Balanço Social; Unimed Florianópolis.

ABSTRACT

GERENT, Michelle Machado. **Social Balance**: a study on the practices of Unimed Florianópolis, 2006, (125f.) for Graduation in Administration. Course of Administration, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

In the current world-wide scene, there is a necessity for companies to dedicate to their business operations an attention to society and its environment, which goes beyond the normal limits of its technical, legal and financial actions. It appears, then, the idea of social responsibility is evidenced by conciliatory actions. Social Balance is an important written policy for the company explaining its relation and evolvment with society and the environment. This Social Balance policy becomes an important strategy of marketing by attracting more consumers through the company's commitment to go beyond its normal business activities and display a sense of social responsibility. This research has the objective to analyze Unimed Florianópolis, verifying its social responsibility policies for the years 2002, 2003 and 2004. Their initiative of social responsibility and Social Balance becomes indispensable for those who desire to fully understand this subject. This study provides the reader an idea as to Unimed Florianópolis practices and how they evolved with the passage of the time. Not all organizations have a consistent practice of publishing their social responsibility polices and practices because this initiative is not required by law. Those organizations fully committed to social responsibility document and publish their practices however; it becomes difficult to make a comparison between these organizations because of the lack of a uniform structure between existing models. A Social Balance is composed of several practices. In relation to the methodology, this work is characterized by its structure of a transitional course of qualitative research. The objective for exploring research is in relation to the procedure, a bibliographical research, with the purpose to collect data for the development of the specific subject with an explanation of the practical case it was intended. Also, to collect data on the Social Balance of the company to prove how the theory is being used in the practical mode. The last chapter of this monograph will report some of the practices of the Social Balance of the Unimed Florianópolis, for the years 2002, 2003 and 2004. It should be noticed that the Social Balance is an effective way for the company to answer to the expectations of society and that the practices are indispensable. Therefore their specific practices demonstrate what the social priorities of the company are. According to the results of the research it can be analyzed that those practices that an organization invests more in then they will exceed their own internal cooperates.

Key words: Social Responsibility; Social balance; Unimed Florianópolis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Contextualização do tema e apresentação do problema.....	15
1.2	Objetivos.....	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	Justificativa.....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1	Balanço Social – aspectos históricos.....	20
2.2	Balanço Social no Brasil.....	21
2.3	O Balanço Social.....	22
2.3.1	Objetivos do Balanço Social.....	25
2.3.2	Usuários do Balanço Social.....	26
2.4	Responsabilidade Social e a Ética empresarial.....	29
2.5	Comprometimento.....	31
2.6	Elaboração do Balanço Social.....	35
2.7	Modelos de Balanço Social.....	37
2.7.1	Modelo do Balanço Social do IBASE.....	38
2.7.2	Modelo do CRC/SC.....	43
2.7.3	Modelo Balanço Social da CVM.....	46
2.8	Divulgação do Balanço Social.....	47
2.8.1	Projetos de Lei.....	48
2.9	Normalização e Certificação do Balanço Social.....	50
2.10	Demonstração do Valor Adicionado.....	53
3	METODOLOGIA.....	57
3.1	Caracterização da pesquisa.....	57
3.2	Coleta e análise dos dados.....	59
3.3	Limitações do estudo.....	61
4	CASO PRÁTICO.....	62
4.1	Caracterização da organização.....	62
4.1.1	Responsabilidade Social Unimed Florianópolis.....	64
4.1.1.1	Programas Desenvolvidos.....	65
4.1.1.2	Balanço Social na visão da Unimed Florianópolis.....	67
4.2	Balanço Social Unimed Florianópolis/2003.....	69

4.3	Balço Social Unimed Florianópolis/2004.....	72
4.4	Análise dos Indicadores sociais internos – cooperados.....	74
4.4.1	Assistência à saúde.....	75
4.4.2	Segurança e Medicina no Trabalho.....	76
4.4.3	Educação.....	76
4.4.4	Cultura.....	77
4.4.5	Capacitação e Desenvolvimento Profissional.....	78
4.5	Análise dos Indicadores sociais internos – colaboradores.....	79
4.5.1	Alimentação.....	79
4.5.2	Previdência Privada, Cultura e Participação nos Resultados.....	80
4.5.3	Assistência saúde.....	80
4.5.4	Segurança e Medicina no Trabalho.....	81
4.5.5	Educação.....	82
4.5.6	Capacitação e Desenvolvimento profissional.....	82
4.5.7	Creches e auxílio-creche.....	83
4.5.8	Outros benefícios assistenciais.....	84
4.6	Análise dos Indicadores sociais externos.....	84
4.6.1	Educação.....	85
4.6.2	Cultura.....	86
4.6.3	Saúde e Saneamento.....	87
4.6.4	Esporte.....	88
4.6.5	Combate à fome e Segurança Alimentar.....	88
4.6.6	Outros gastos sociais externos.....	89
4.7	Análise dos Indicadores Ambientais.....	90
4.7.1	Investimentos relacionados com a operação da cooperativa.....	91
4.7.2	Investimentos em programas e/ou projetos externos.....	92
4.7.3	Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais...92	
4.8	Análise dos Indicadores do cooperado.....	92
4.8.1	Cooperados e cooperados ativos.....	93
4.8.2	Cooperados com 45 anos ou mais	94
4.8.3	Cooperados do sexo feminino.....	94
4.9	Análise dos Indicadores do corpo funcional.....	95
4.9.1	Número de colaboradores ao final do período.....	96
4.9.2	Número de colaboradores admitidos durante o período.....	97
4.9.3	Número de colaboradores terceirizados.....	98
4.9.4	Número de estagiários.....	98
4.9.5	Número de colaboradores com 45 anos ou mais.....	99
4.9.6	O número de mulheres que trabalham na cooperativa.....	99
4.9.7	% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....	100
4.9.8	Número de negros(as) que trabalham na cooperativa e % de cargos ocupados por negros (as).....	100
4.9.9	Número de portadores de deficiência ou necessidades especiais.....	101

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE.....	109
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista.....	110
ANEXOS.....	111
ANEXO A – Projeto de Lei nº 3.116/97.....	112
ANEXO B- Lei nº 11.440 de 18/01/2000.....	116
ANEXO C- Projeto de Lei nº 0032 de 1999.....	118
ANEXO D- Instruções para preenchimento da DVA.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo Balanço Social anual IBASE.....	39
Quadro 2 - Modelo de Balanço Social do CRC/SC.....	44
Quadro 3 - Modelo de Balanço Social da CVM.....	47
Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado.....	55
Quadro 5 – Balanço Social Unimed Florianópolis/2003.....	69
Quadro 6 - Balanço Social Unimed Florianópolis/2004.....	72
Quadro 7 – Indicadores Sociais Internos – cooperados.....	75
Quadro 8 – Indicadores Sociais Internos – colaboradores.....	79
Quadro 9 – Indicadores Sociais Externos.....	85
Quadro 10 – Indicadores Ambientais.....	90
Quadro 11 – Indicadores do Cooperado.....	93
Quadro 12 – Indicadores do Corpo Funcional.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico comparativo de investimento em assistência à saúde dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	76
Gráfico 2 – Gráfico comparativo de investimento em educação dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	77
Gráfico 3 – Gráfico comparativo de investimento em cultura dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	77
Gráfico 4 – Gráfico comparativo de investimento em capacitação e desenvolvimento profissional dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	78
Gráfico 5 – Gráfico comparativo de investimento em alimentação dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	80
Gráfico 6 – Gráfico comparativo de investimento em alimentação dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	81
Gráfico 7 – Gráfico comparativo de investimento em segurança e medicina no trabalho dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	81
Gráfico 8 – Gráfico comparativo de investimento em educação dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	82
Gráfico 9 – Gráfico comparativo de investimento em capacitação e desenvolvimento profissional dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	83
Gráfico 10 – Gráfico comparativo de investimento em creches e auxílio-creche dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	83
Gráfico 11 – Gráfico comparativo de investimento em outros benefícios assistenciais dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	84
Gráfico 12 – Gráfico comparativo de investimento em educação dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	86
Gráfico 13 – Gráfico comparativo de investimento em cultura dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	87
Gráfico 14 – Gráfico comparativo de investimento em saúde e saneamento dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	88
Gráfico 15 – Gráfico comparativo de investimento em combate à fome e segurança alimentar dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	89

Gráfico 16 – Gráfico comparativo de investimento em combate à fome e segurança alimentar dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	90
Gráfico 17 – Gráfico comparativo de investimento em investimentos relacionados com a operação da cooperativa dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	91
Gráfico 18 – Gráfico comparativo de cooperados e cooperados ativos dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	93
Gráfico 19 – Gráfico comparativo de cooperados com 45 anos ou mais dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	94
Gráfico 20 – Gráfico comparativo de cooperados do sexo feminino dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	95
Gráfico 21 – Gráfico comparativo do número de colaboradores ao final do período dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	97
Gráfico 22 – Gráfico comparativo do número de colaboradores admitidos durante o período dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	97
Gráfico 23 – Gráfico comparativo do número de colaboradores ao final do período dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	98
Gráfico 24 – Gráfico comparativo do número de colaboradores com 45 anos ou mais dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	99
Gráfico 25 – Gráfico comparativo do número de mulheres que trabalham na cooperativa dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	100
Gráfico 26 – Gráfico comparativo do número de negros que trabalham na cooperativa dos anos de 2002, 2003 e 2004.....	101

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização e a luta pela competitividade no mercado, as organizações estão cada vez mais preocupadas em demonstrar a sua Responsabilidade Social. Há bem pouco tempo os principais objetivos das organizações eram gerar lucros, conseguir o máximo de sucesso e expandir, aumentando seu retorno financeiro.

Levando em consideração o novo perfil do consumidor e as constantes mudanças tecnológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas das últimas décadas, as empresas estão mudando sua metodologia e as estratégias no gerenciamento de seus negócios, visando aumentar sua credibilidade junto à sociedade.

Para isso, utilizam o Balanço Social, que é uma demonstração contábil capaz de evidenciar essa atuação, mas que precisa ser desenvolvido com transparência e responsabilidade, não devendo ser usado exclusivamente para o marketing da empresa.

Hoje em dia, principalmente nos países desenvolvidos, percebe-se que o consumidor não se preocupa somente com o valor que pagará pelo produto; preocupa-se também com a qualidade da mercadoria ou do produto que irá adquirir e o que custou à sociedade. Quer saber se a produção não foi obtida à custa da impureza do ar, da poluição dos rios, da morte dos animais, dos desmatamentos e da dignidade dos habitantes.

Toda empresa tem reflexos diretos na sociedade e no cotidiano de cada indivíduo, desde o momento de sua criação: local onde está instalada, a mão-de-obra que absorve, o mercado a que se destina e, principalmente, a sua relação com o meio ambiente.

Com tamanhas exigências, as organizações se vêem praticamente obrigadas a dar satisfação do que estão fazendo em relação ao meio ambiente, e também de que forma estão contribuindo para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

Mas, adverso do que se possa pensar, todas essas exigências não são, de modo algum, obstáculos para as organizações e, sim, um estímulo para que aconteçam cada vez mais ações sociais com compromisso real das organizações. O que se lamenta, no entanto, é que este poderoso instrumento de gestão de informações não se tornou obrigatório em todas as organizações.

1.1 Contextualização do tema e apresentação do problema

Percebe-se que durante muitas décadas, as empresas preocupavam-se somente com a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, com o preço competitivo e a maximização nos lucros. Atualmente, em uma visão global, as questões como a ética, a transparência, a diversidade de aspectos sócio-culturais, econômicos e um maior respeito e garantia aos direitos humanos, são indispensáveis às organizações.

A Responsabilidade Social surge como uma atividade agregada ao objeto da empresa, pois pode ser disposta também como uma ferramenta da gestão empresarial. Segundo Borger (2001), esta gestão envolve uma atitude estratégica focada na ética, na geração de valor e na qualidade da relação com as partes interessadas no negócio. Como consequência tem-se a valorização da imagem institucional e da marca, maior lealdade de todos os públicos, principalmente dos consumidores, maior capacidade de recrutar e reter talentos, flexibilidade e capacidade de adaptação e longevidade.

Neste sentido, o Balanço Social vem sendo utilizado como um mecanismo de diálogo entre as entidades e a sociedade, na definição de Tinoco (2001, p. 59) “é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais

diferenciados usuários”. Nota-se que a função principal do Balanço Social é tornar pública a Responsabilidade Social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Desta forma, o problema central de pesquisa é: Como se configura o Balanço Social da Unimed Florianópolis com base nos indicadores dos anos de 2002, 2003 e 2004?

1.2 Objetivos

De acordo com o problema proposto, apresenta-se a seguir os objetivos, geral e específicos, do trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o Balanço Social, verificando os indicadores da Unimed Florianópolis, nos anos de 2002, 2003 e 2004.

1.2.2 Objetivos específicos

Em decorrência do objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar a evolução da Responsabilidade Social e o surgimento do Balanço Social;
- b) apresentar os modelos de Balanço Social discutidos na literatura;
- c) expor motivos da elaboração e publicação do Balanço Social ;

- d) analisar as informações contidas no Balanço Social, sob o enfoque social, ambiental e econômico da cooperativa;
- e) mostrar os resultados advindos da análise dos indicadores da empresa escolhida, fazendo-se uma análise nos anos de 2002, 2003 e 2004.

1.3 Justificativa

Tornar público o que se faz em benefício do social vem sendo uma prática constante entre empresários, organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores e políticos, evidenciando a Responsabilidade Social como um conceito de bem estar da sociedade.

O conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio das ações e das relações com todos os públicos com os quais a empresa interage. A questão da Responsabilidade Social vai, portanto, além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou de apoio à comunidade. Significa mudança de atitude numa perspectiva de gestão empresarial, como foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos. (Ethos, 2004).

Percebe-se que, nos últimos anos, o Balanço Social tornou-se uma questão de estratégia financeira e de sobrevivência empresarial, sem deixar de mencionar o lado ético e humano que tal prática envolve.

Empresas que cumprem sua Responsabilidade Social atraem mais consumidores e ganham o respeito da população e comunidade com as quais interagem. Acredita-se que o sucesso e credibilidade de uma empresa estão vinculados as suas atitudes sociais.

O principal promotor dessa campanha de conscientização das organizações talvez tenha sido Herbert de Souza, o “Betinho”. Ele sempre lutou de forma incessante para a implantação de um Balanço Social.

Na definição de Souza (1997),

A idéia do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. Os itens dessa verificação são vários: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando a erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho. O campo é vasto e várias empresas já estão trilhando esse caminho. Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Verifica-se que a visão fechada de riqueza, a forma isolada sem conexão com o mundo social contextualizado, foi conservada contabilmente por milênios, tanto na prática quanto nos estudos e também nas obras, a constante foi sempre a de objetivar a empresa ou a instituição fechada em si.

Há pouco mais de um século, este conceito começou a se modificar ao entender-se que os fatos que ocorrem em uma riqueza individualizada, não podem ser ignorados.

Observa-se que o Balanço Social é que torna pública a Responsabilidade Social das empresas e que elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas em favor do desenvolvimento social.

Desta forma, para se realizar esta pesquisa, alguns critérios vinculados ao Balanço Social devem ser estabelecidos para que os objetivos sejam alcançados.

De acordo com Castro (1978), os critérios que devem ser atendidos são: importância da pesquisa, um tema é importante quando está ligado a uma questão crucial que polariza ou afeta um segmento substancial da sociedade ou está ligado a uma questão teórica que merece atenção continuada na literatura especializada; originalidade, um tema é original se seus resultados têm o potencial de nos surpreender, serve para destacar se a pesquisa já foi realizada anteriormente, ou se é um assunto que não se possui muito

conhecimento; e a viabilidade da pesquisa a ser realizada, que se refere ao financiamento da pesquisa, o tempo disponível para realização da mesma, se existe material teórico disponível para aprofundamento do tema pesquisado ou se é escasso, entre outros.

Assim, o estudo é importante, pois irá contribuir para uma melhor visualização da contribuição quanto a Responsabilidade Social da referida empresa perante a sociedade de Florianópolis.

A pesquisa é original, pois o assunto abordado pela mesma, Balanço Social, não é usado amiúde nos trabalhos acadêmicos, também nesse sentido, espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa sejam relevantes para a empresa.

No que se refere à viabilidade de realização da pesquisa, segundo Roesch (1999), devem ser analisados aspectos como a escolha do tema, complexidade, custo do projeto e acesso às informações. Neste sentido, considera-se que o tema escolhido e o grau de complexidade por ele apresentado estão num nível que permite a execução do projeto. Quanto ao custo, o estudo é viável economicamente principalmente pelo tipo de metodologia a ser utilizada além de apresentar diversas fontes e disponibilidade de acesso às informações. Outro fator relacionado à viabilidade do projeto é a questão do tempo para sua realização, sendo este suficiente, uma vez que a execução do estudo ajusta-se ao cronograma acadêmico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão fundamentados, discutidos e analisados aspectos inerentes ao entendimento, a respeito da responsabilidade social nas organizações, também serão abordados aspectos históricos e conceituais ao que se refere o tema Balanço Social, assim como modelo, elaboração e divulgação do mesmo.

2.1 Balanço Social – aspectos históricos

De acordo com Tinoco (1984, p. 21-22), a elaboração dos primeiros relatórios sócio-econômicos que procuravam descrever as relações sociais na empresa iniciou-se nos Estados Unidos, após a guerra do Vietnã, na década de 60, devido as pressões que as empresas envolvidas na fabricação de armas tiveram da sociedade para terem uma postura mais ética.

Nos Estados Unidos, as informações que são divulgadas estão direcionadas mais aos usuários externos do que aos funcionários da empresa, ou seja, é dada ênfase a questões referentes à poluição, participação em obras culturais, deixando de lado dados como a Demonstração do Valor Adicionado que são direcionadas aos trabalhadores.

Nos países como Alemanha, Suécia, Holanda e Inglaterra, as empresas não são obrigadas a elaborarem o Balanço Social, mas mesmo sem essa obrigatoriedade, muitas delas estão divulgando informações de caráter social, tanto aos usuários externos, quanto a seus funcionários.

A França, por exemplo, é o único país do mundo a ter uma lei criada em 1977, que obriga as empresas com mais de trezentos funcionários a elaborar o Balanço Social.

2.2 Balanço Social no Brasil

Feita uma pesquisa voltada ao passado, pôde-se verificar que, não é possível localizar na história um momento preciso que determine o surgimento do balanço social. Contudo percebe-se uma evolução de relatórios que continham informações e dados a respeito de funcionários, como também sobre atividades sociais praticadas pelas empresas.

No Brasil, conforme Silva e Freire (2001, p.15), os primeiros passos para a mudança de mentalidade empresarial foram notados na “Carta de Princípios dos Dirigentes Cristãos de Empresas” desde a sua publicação, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE). A partir de 1979, a ADCE passou a organizar congressos anuais, em todos o tema “Balanço Social” era objeto de reflexão.

Contudo, segundo Ashley (2002) a idéia de Responsabilidade Social nas empresas, que já motivava algumas discussões desde os anos 60 e 70, também sofreu com a falta de liberdade e restrições impostas pela ditadura militar após 1964.

Mas foi só depois dos anos 80 que surgiram os primeiros balanços sociais de empresas, o primeiro documento brasileiro que leva o nome foi publicado em 1984, pela Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia.

Em 1991, o senador Valmor Campelo encaminha ao Congresso um anteprojeto propondo a publicação do Balanço Social, que chegou a ser votado no Senado, mas não foi aprovado na Câmara de Deputados.

Porém, a busca de uma padronização do Balanço Social apenas se deu em 1997, quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), iniciou uma campanha nacional para chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade, evidenciando grande importância da

elaboração do balanço social e a adoção de um modelo transparente e ético para sua publicação.

Algumas empresas - muito poucas - passaram a levar a sério esta questão e divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários.

Tal movimento resultou no projeto de Lei 3.116/97, das deputadas federais da época: Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, que tinham como objetivo tornar o Balanço Social obrigatório no país, para empresas privadas com mais de 100 funcionários e para todas as empresas públicas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na mesma época se integrou a esse movimento, na busca de incentivar a divulgação do Balanço Social, e que tem alcançado expressão cada vez maior em nosso País.

2.3 O Balanço Social

A Responsabilidade Social que cresce nas empresas é demonstrada no Balanço Social por algumas entidades. Já outras desenvolvem ações de Responsabilidade Social, mas não a demonstram, e existem ainda aquelas que não possuem a Responsabilidade Social por não conhecerem ou por não estarem interessadas nela.

Para entender o sentido do Balanço Social, precisa-se levantar que informações os usuários da ciência contábil e social e partes integrantes da capacidade produtiva das empresas gostariam de receber.

Essas informações segundo Tinoco (2001), deveriam ser veiculadas e reportadas em suas peças contábeis tradicionais – balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das origens e aplicações de recursos e outros quadros suplementares – e seriam do seguinte teor:

- a) valor, em reais, da vendas de bens e serviços produzidos pela empresa;
- b) valor, em reais, da compras de bens e serviços intermediários (a diferença entre o valor das vendas e o valor das compras de bens e serviços intermediários representa o valor adicionado, pela empresa em seu processo produtivo de agregar valor);
- c) número de empregados na administração e na produção, no início e no fim do exercício contábil;
- d) salários praticados na administração e por pessoa/hora na produção, também no início e no fim do período contábil;
- e) demonstrativo dos trabalhadores por faixa de qualificação e de salários, no início e no fim do ano;
- f) remuneração dos diretores e benefícios conferidos.

Todas essas informações de caráter eminentemente econômico e financeiro são arroladas juntamente com outras de cunho social, como as relativas a: emprego, condições de higiene e segurança no trabalho, formação de mão de obra, relações profissionais, outras condições de vida dependentes da empresa, tais como alojamentos, transporte da residência ao trabalho e vice-versa, preservação do meio ambiente e representatividade pública. Na definição de Tinoco (2001, p.29), essas informações de caráter social “são a origem e a base para a elaboração do balanço social da empresa”.

Na visão de Kroetz (2000, p. 68):

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerada uma ferramenta gerencial, pois reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas, sobre as relações entidade/ambiente e outros, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias.

Para Silva & Freire (2001, p. 124), “Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida”.

Segundo Araújo (2001, p. 79), “O Balanço Social é uma demonstração do lado social e humano da empresa, da Responsabilidade Social e do compromisso da entidade com as gerações presentes e futuras”.

Conforme destaca Perottoni (2002, p. 56),

O Balanço Social tem como finalidade demonstrar a seus usuários, de forma transparente e confiável, como foram investidos os recursos gerados pela atividade da empresa e, sem sombra de dúvidas, a fonte de dados para a sua elaboração é a contabilidade.

Desta forma, o Balanço Social é um instrumento pelo qual a sociedade pode verificar o dispêndio da organização e o retorna para a própria sociedade em benefícios, como: impostos gerados, empregos criados, participação em eventos e obras sociais, programas de educação e saúde para seus empregados e familiares, programas de treinamento continuado e atualizações e de que forma a preservação do meio ambiente é praticada.

2.3.1 Objetivos do Balanço Social

No Balanço Social, as empresas se preocupam em evidenciar que seu objetivo não é simplesmente gerar lucros para os seus sócios e acionistas e sim demonstrar suas atitudes sociais, permitindo ao usuário externo avaliar a profundidade e a qualidade da atuação social da entidade.

Especificamente, segundo Kroetz (2000, p.79), o Balanço Social tem como objetivos as seguintes informações:

- a) revelar a solidez da entidade;
- b) evidenciar sua contribuição para à qualidade de vida da população;
- c) abranger o universo de interações sociais entre seus usuários;
- d) apresentar investimentos em pesquisa e tecnologia;
- e) formar um banco de dados confiável aos seu usuários;
- f) ampliar a confiabilidade da sociedade na entidade;
- g) contribuir para implementação e manutenção de processos de qualidade;
- h) medir as informações na imagem do negócio;
- i) verificar a gestão participativa dos funcionários;
- j) servir de instrumento para negociações laborais;
- k) melhorar o sistema de controle interno;
- l) clarificar os objetivos e as políticas administrativas.

De acordo com o IBASE (2005), publicar o Balanço Social é um ato ético, agrega valores, diminui riscos, é uma valiosa ferramenta para a empresa medir e divulgar o exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos.

Pode-se entender o Balanço Social como uma nova e eficiente forma de publicidade para as empresas, segundo Carvalho (apud KROETZ, 2000, p.82), existem alguns limites que devem ser observados na sua divulgação:

a) privacidade, as informações contidas devem ter consentimento das partes interessadas, a não ser em caso de exigência da legislação;

b) sigilo, não deve apresentar informações essenciais que comprometem a continuidade da entidade;

c) subjetividade, retratar somente a verdade, sendo vedada a publicação de caráter especulativo;

d) uniformidade, optar por apenas uma forma de demonstrar e seguindo uma metodologia na elaboração dos sucessivos balanços;

e) utilidade, identificar um ponto de equilíbrio entre a quantidade e qualidade de informações contidas, e

f) economicidade, sua demonstração não deve gerar gastos absurdos, em que o custo seja superior ao benefício da informação.

Sendo assim, o Balanço Social torna-se uma ferramenta que permite tanto uma auto-análise da empresa, como um estímulo reanimador das interações com os clientes, tanto internos, como externos. É um meio importante à disposição da empresa para responder às exigências da sociedade na construção de uma cidadania empresarial.

2.3.2 Usuários do Balanço Social

O Balanço Social afeta diversos segmentos da sociedade. Os usuários dessa demonstração contábil podem ser divididos em dois grandes grupos: usuários internos e usuários externos.

Segundo Spinelli (2001, p. 86), “Usuários internos são todas as pessoas que atuam dentro das entidades, todos os colaboradores que integram o gerenciamento no processo decisório. O grupo de usuários externos é amplo, em grau de importância e de interesses, entre outros: fornecedores, clientes, investidores, acionistas, governo”.

Para Kroetz (2000, p. 84), os usuários e os benefícios do Balanço Social podem ser classificados da seguinte maneira:

a) **Trabalhadores:** por meio das informações contidas no Balanço Social, os trabalhadores podem obter subsídios para negociação com a categoria patronal;

b) **Acionistas:** o Balanço Social fornece aos acionistas informações complementares às demonstrações financeiras que auxiliam na tomada de decisão em relação a seus investimentos;

c) **Diretores e Administradores:** constitui-se num instrumento de controle, planejamento e tomada de decisão, possibilitando com isto um conhecimento dos reflexos internos e externos da empresa, fornecendo dados que podem ser trabalhados para melhorar o desempenho futuro e o relacionamento da empresa com o meio no qual se encontra;

d) **Fornecedores e clientes:** permite maior confiabilidade nas negociações, a partir das políticas sociais e ecológicas da empresa, aumentando assim sua credibilidade;

e) **Governo:** os dados fornecidos pelo Balanço Social são de grande importância para o governo, pois se a empresa investir em transporte, por exemplo, o governo poderá fazer um levantamento das regiões menos assistidas e favorecê-las; o mesmo acontece nos outros setores, como alimentação, saúde e educação;

f) **Estudiosos:** os Balanços Sociais poderão constituir um banco de dados que servirá para estudos em diversas áreas, como: contábil, econômica, administrativa e social, pela transcrição da realidade;

g) **Concorrentes:** através de dados fornecidos pelas concorrentes, a empresa pode projetar suas metas e procedimentos estratégicos em nível de competitividade;

h) Sindicatos: facilita as negociações com a classe empresarial, pois haverá ciência dos investimentos realizados a favor de seus associados.

A contabilidade tem como uma de suas funções fornecer aos usuários internos informações que lhes possibilitem planejar e tomar decisões sobre seus negócios. Contudo, para que ela exerça realmente esta função, é necessário que sejam cumpridos alguns requisitos quanto às informações contábeis geradas. A informação deve possuir algumas características, conforme destacam Viana & Vasconcelos (2002, p. 26):

a) Orientação: direção aos fins que se presta, uma vez que facilita o entendimento do usuário;

b) Veracidade: a informação deve emergir da verdade;

c) Evidenciação: comunicação eficaz, atingindo o objetivo da compreensão do usuário;

d) Consistência: substância, conteúdo como objeto de convencimento, engajamento entre a matéria abordada e a realidade;

e) Precisão: a informação não deve conter erros; é necessário um rigoroso cuidado na imputação dos dados, pois os mesmos, ao estarem errados, vão gerar informações imprecisas;

f) Completa: deve conter tudo o que for relevante;

g) Econômica: deve-se observar o volume de informação porque, às vezes, a empresa produz informações desnecessárias, e o custo para obter informações é diretamente proporcional ao seu volume. Faz-se necessário considerar a relação custo/benefício;

h) Confiável: origem segura;

i) Relevante: deve ser de interesse do tomador de decisão;

j) Simples: a informação deve apresentar-se numa linguagem clara para tornar-se compreensível para quem precisa dela;

k) *Tempestividade*: a informação deve ser tempestiva. De nada adianta para um tomador de decisão uma *informação atrasada*, ou seja, fora de seu *timing*.

Na elaboração do Balanço Social essas características devem ser observadas, pois elas facilitam o entendimento e permitem a confiabilidade das informações geradas.

2.4 Responsabilidade Social e a Ética empresarial

Nota-se que cada vez mais a responsabilidade social e a ética vêm mobilizando um número maior de organizações, fato que deve servir de reflexão já que este parece ser o caminho para a sustentabilidade, para o sucesso empresarial e a construção de uma sociedade mais próspera e justa.

De acordo com Silva e Freire (2001), a resposta para essa questão está na análise de algumas empresas, na qual a sociedade cobra das empresas uma atuação responsável e o consumidor tem consciência da efetividade de seus direitos. Portanto, exige-se das empresas uma nova postura que explique suas preocupações com questões sociais e com a ética.

Compreende-se que a empresa tem um papel importante na renovação social, e todas as organizações, e os que nela trabalham, devem buscar abranger a ética em suas ações, para que possam sobreviver, superar e evitar erros anteriores, propondo novos caminhos para o alcance de suas metas e para o desenvolvimento constante.

Para Motta (1997) ter padrões éticos significa ter bons negócios a longo prazo. Existem estudos indicando a veracidade dessa afirmativa. Na maioria das vezes, contudo, as empresas e organizações reagem a situações com ações de curto prazo.

Entende-se que a ética consiste em uma prática concreta diária e não apenas em ocasiões de conflitos de valores. Ser ético não significa conduzir-se eticamente quando for

conveniente, mas o tempo todo e com todos os *stakeholders* com os quais a empresa se relaciona.

A responsabilidade social lançou-se por iniciativa das organizações, atendendo a uma necessidade da sociedade. As empresas entenderam que para sobreviver, não bastava competir no mercado, mas oferecer produtos ou serviços eficientes e modernos, além de combater aqueles produtos e serviços nocivos e prejudiciais à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Com o passar do tempo nota-se que os consumidores estão percebendo que podem exigir em suas aquisições, tanto em produtos quanto em serviços, benefícios que antes não existiam.

Os benefícios podem ser diretos, quando o consumidor percebe que existe um retorno que lhe possa trazer vantagens na aquisição de um produto ou serviço, que o concorrente não lhe oferece na mesma proporção.

E benefícios indiretos, como, por exemplo, parte da arrecadação ou do lucro das empresas é canalizadas para obras sociais e/ou na proteção ao meio ambiente.

A sociedade está percebendo cada vez mais que necessita além de bom preço ou preço justo para a aquisição de produtos e serviços, saber se o que está consumindo não afetou o meio ambiente.

De acordo com Silva & Freire (2001, p.65), um resumo sintético das razões que levam a empresa a desempenhar um papel social:

a) ao **proporcionar produtos e serviços**, a empresa se defronta com as necessidades e as expectativas de fornecedores e clientes;

b) ao ser **fonte de emprego**, deve considerar as organizações sindicais, avaliar o mercado e suas imposições tecnológicas, dialogar com os órgãos públicos que implementam as políticas de emprego;

c) ao ser uma **organização social**, mesmo com finalidades econômicas, não deve ignorar a existência da legislação do trabalho e do meio ambiente; torna-se objeto de demandas que lhe vêm de dentro e de fora, para que oriente suas atividades para a promoção da qualidade de vida;

d) ao ser **criadora de riqueza**, espera-se dela que se mantenha competitiva, cresça e que gere altos dividendos para os acionistas, mas também que promova o desenvolvimento econômico e social do território em que atua.

Pode-se notar que, através da ética e da valorização social e do meio ambiente, as empresas podem atuar de forma mais responsável, conduzindo seus negócios de maneira a contribuir para a melhora da qualidade de vida.

2.5 Comprometimento

Acredita-se que ser responsável socialmente não é assumir uma postura assistencialista, fazer doações em dinheiro, identificar-se como solidária em um determinado momento, isso na verdade é uma máscara e não é suficiente para minimizar as dificuldades de uma comunidade, é preciso mostrar resultados. De acordo com Tinoco (2001, p. 27), a responsabilidade social pode ser exemplificada da seguinte forma:

Num momento de crise, ninguém se satisfaz a não ser que receba orientação e seja educado para começar a reagir contra a crise. O assistencialismo, às vezes, não passa de um momento de lucidez de um empresário, em assinar um cheque e doar para que outra pessoa usufrua daquele benefício. A responsabilidade social vai além. A companhia provém o recurso, abraça um projeto, mas antes define com seus colaboradores onde será aplicado e como poderá ser melhorado.

A consolidação da responsabilidade social das organizações está gerando um impacto perceptível no modo como as empresas se relacionam com seus públicos de interesse. Ao contrário do que acontecia antes, as organizações estão observando que

combater as desigualdades sociais não significa somente desenvolver ações de filantropia, mas participar efetivamente de projetos e ações que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A natureza é sem dúvida a grande beneficiada nesta nova visão. Desenvolver e aplicar ações para sua proteção e renovação geram créditos para as organizações que mais e melhor investem neste segmento.

Conforme Carroll & Buchholtz (1999, p. 34-37), a responsabilidade social pode ser apresentada sob quatro aspectos: econômico, legal, ético e filantrópico. No primeiro, a ênfase é que as entidades são orientadas para produzir bens e serviços que a sociedade deseja e para vender a um preço que produza lucro, e que para a sociedade, represente o verdadeiro valor dos bens e serviços entregues e que garanta a perpetuação dos negócios e investimentos na empresa.

No segundo, a compreensão é que o sistema econômico permite que as empresas assumam seu papel legal dentro da sociedade, e esta, por sua vez, espera que as leis e o contrato social firmado sejam cumpridos. No terceiro, a responsabilidade ética abrange todas as atividades que, de certa forma, são permitidas ou proibidas pela sociedade. A responsabilidade ética na organização são as normas e expectativas sobre o interesse de consumidores, empregados, acionistas. Todas as decisões tomadas pela organização devem ter o foco voltado para esse público, dentro dos princípios da filosofia moral e de justiça social. Por último, a entidade pode ser vista dentro do aspecto de responsabilidade filantrópica, que são as decisões tomadas por parte dos gestores no sentido de auxiliar no desenvolvimento social, apoiando projetos comunitários e contribuindo para o andamento desses, o que nem sempre se restringe a doação de recursos financeiros. E, permite que seus funcionários doem uma parte de seu tempo de trabalho a ações comunitárias, entre outros. A responsabilidade social é o somatório das quatro responsabilidades abordadas.

Sendo assim, o instrumento Balanço Social necessita estar embasado em dados concretos mensuráveis para que tenha credibilidade. Caso contrário, não servirá para nada, pois terá sua autenticidade questionada e colocada como puro marketing.

Sendo o *Balanço Social* uma *representação gráfica*, ele demonstra o resultado do conjunto de ações sociais desenvolvidas pelas organizações. A forma voluntária de apresentar para a sociedade o investimento direto e indireto e o retorno em forma de benefício é mais um componente de transparência e lealdade das organizações para com seus clientes. As organizações devem manter políticas de acompanhamento dos projetos sociais e promover os ajustes, sempre que necessário, para satisfazer a sociedade. Ainda, deve intensificar, cada vez mais, ações que visam contribuir para a preservação da natureza.

Assim, o comprometimento com os padrões e as condutas éticas que norteiam os negócios, têm valorizado o ser humano, a sociedade e a natureza. Relações de responsabilidade social e de qualidade são conquistadas a partir de valores e condutas capazes de satisfazer ambas as partes, gerando valor para todos. As organizações socialmente responsáveis ocupam posições de destaque por serem lembradas e associadas às boas ações que praticam, assim gozam de vantagem para enfrentar as dificuldades naturais e os concorrentes.

O Balanço Social, de uma forma geral, pode ser definido como um instrumento de publicação, que poderá ser anualmente desenvolvido pela empresa, reunindo inúmeras informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos colaboradores, acionistas e investidores, analistas de mercado e à comunidade. Este demonstrativo evidencia o que a empresa faz melhor para garantir sua credibilidade.

Para Tinoco (2001), existem duas etapas importantíssimas na introdução de um projeto de responsabilidade social nas organizações, que se não forem delineadas corretamente, farão com que o projeto não passe de mera peça publicitária.

A primeira etapa é a transparência. As ações movidas pela ética são de longo prazo, intensamente participativas e transparentes em todos os níveis da organização. Tais atitudes diferem significativamente daquelas que originam decisões oportunistas, que visam exclusivamente enriquecer a imagem da empresa, com resultados de curto prazo e decisões centralizadas.

A segunda etapa é à busca da excelência. Certificações e Balanço Social devem fazer parte dos processos de gestão das organizações, pois proporcionam um envolvimento mais profissional do público interno, fazendo com que haja um endomarketing saudável e mais respeito dos consumidores e fornecedores - os *stakeholders* em geral.

As exigências por produtos e serviços com qualidade e socialmente corretos, fizeram com que muitas empresas aderissem e se adequassem às normas impostas pelas entidades certificadoras. A vantagem em conquistar certificações se dá ao fato de terem a sua prática organizacional assegurada e reconhecida pelo mercado, ganhando um diferencial competitivo em relação às empresas concorrentes.

2.6 Elaboração do Balanço Social

A elaboração do Balanço Social consiste numa seqüência de procedimentos a serem seguidos para que o resultado seja o espelho da realidade das ações sociais e ambientais desenvolvidas pelas organizações. O levantamento e a aglutinação das

informações colhidas em todos os segmentos da instituição é que formam o alicerce de um bom demonstrativo.

Os profissionais responsáveis devem seguir em duas linhas de formação de resultados sintéticos que formarão os dados do Balanço Social. Existe o plano voltado ao público interno, no qual as informações devem refletir todas as iniciativas que a organização desenvolve para promover a melhoria na qualidade de vida de seus empregados. Os principais incentivos internos são: a educação e a educação continuada, a alimentação, a saúde e medicina no trabalho, o esporte e a cultura, e todos os outros projetos desenvolvidos em benefício dos seus colaboradores internos.

E existe o plano externo, no qual as informações devem mostrar as ações desenvolvidas, e quanto à organização investe e/ou retorna para a sociedade para melhorar a qualidade de vida das pessoas e a preservação da natureza. Os incentivos podem ser diretos em eventos culturais, esportivos, em manifestações e recuperação dos recursos naturais. Estas ações podem ser por intermédio de patrocínio, assim contribuindo financeiramente, ou se envolvendo na coordenação, comprometendo-se com as causas sociais. Vale lembrar, que as contribuições financeiras não devem ser interpretadas como filantropia, e sim como investimento para o bem comum.

Para colher os dados para a elaboração do Balanço Social, faz-se necessária a contribuição de vários departamentos da empresa assim como o envolvimento de todos os colaboradores, como comenta Tinoco (2001, p. 38):

O Balanço Social procura utilizar ao máximo os indicadores disponíveis esparsos pela empresa – na verdade, sua função é reunir esses indicadores, dar-lhes um tratamento adequado, em termos de *disclosure* (transparência), e a gama de informações que comporta pressupõe a cooperação de vários departamentos e a colaboração de numerosos funcionários encarregados de coletar os dados de base.

Por se tratar de uma demonstração que ainda não é regulamentada em Lei, os indicadores variam de acordo com a coerência de quem os elabora e das condições sócio-econômicas da região onde a empresa está inserida.

Para o Instituto ETHOS (2001, p. 33-47), os indicadores devem ser qualitativos (resultados da prática de gestão adotada pela empresa que representam *performance* em responsabilidade social) e quantitativos (apresentados em números de resultados mensuráveis e monitoráveis). Os indicadores foram classificados da seguinte forma:

a) *Indicadores de Desempenho Econômico*: buscam dar transparência aos impactos econômicos causados pela empresa, tais como, geração e distribuição de riquezas por parte da empresa, resultados da produtividade e investimentos realizados na empresa e na comunidade;

b) *Indicadores de Desempenho Social*: expressam os impactos da atuação da empresa em relação ao público, aos fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, público interno, governo e sociedade em geral. A transparência destas informações afeta positivamente a imagem da empresa;

c) *Indicadores de Desempenho Ambiental*: a empresa deve mencionar os processos e gestão relacionados aos impactos ambientais causados pela empresa, bem como a utilização de recursos naturais, o gerenciamento de resíduos, a política de educação ambiental e o compromisso com as gerações futuras.

Numa forma bastante sintetizada, pode-se dizer que os dados informativos que compõem os Balanços Sociais são formados por indicadores, índices e valores econômicos, sociais e ecológicos.

2.7 Modelos de Balanço Social

Por ser o Balanço Social um instrumento novo, ainda em fase de exploração, diversas formas de apresentação surgem. Não existe ainda uma metodologia padrão, assim utiliza-se muito da criatividade dos profissionais contábeis para a elaboração das demonstrações, obtendo-se excelentes resultados na maioria dos casos. Alguns com apresentação sintética, outros com maior riqueza de detalhes. Porém, a intenção desses profissionais encarregados da elaboração tem basicamente o mesmo objetivo, ou seja, mostrar para a sociedade de forma voluntária as ações que sua organização pratica. Vale lembrar que as ações são as voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a preservação da natureza que devem ser divulgados nos Balanços Sociais.

As organizações já perceberam que a divulgação do Balanço Social não é mero modismo. Existe a necessidade da sua elaboração sob pena de ficar para trás em todo o processo, perdendo mercado, faturamento, posição no ranking, enfim, é melhor elaborar e divulgar o Balanço Social para os clientes, acionistas, investidores e sociedade em geral, o quanto à organização investe no meio aonde atua, que é a sua comunidade.

Não se tem ainda modelos padrão de Balanço Social, mas tendências que mostram na prática, que já possuímos: Balanço Social de empresas, Balanços Sociais de um ramo de atividades, Balanços Sociais de um grupo, Balanços Sociais de órgãos de Governo, enfim, eles começam a se moldar diante das necessidades da divulgação e na busca da melhor apresentação.

2.7.1 Modelo do Balanço Social do IBASE

No Brasil ainda não existe um modelo definido de publicação das informações sociais pelas empresas. O que se faz necessário é a conscientização dos representantes das entidades em publicar tais informações, sejam elas em qualquer formatação.

Para tentar amenizar distorções, o IBASE, juntamente com uma equipe técnica, desenvolveu um modelo de Balanço Social. Esse modelo teve o apoio de várias organizações ligadas às atividades empresariais do Brasil e contempla a proposta apresentada no Projeto de Lei nº 3.116/97, posteriormente 32/99, e na proposta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 1997, o IBASE lançou uma campanha pela divulgação do Balanço Social das empresas, na qual foi criado um modelo de Balanço Social. Este modelo tem quatro particularidades a serem destacadas, de acordo com Silva & Freire (2001, p. 26):

- a) foi criado com base na iniciativa de uma ONG, que cobra transparência e efetividade nas ações sociais e ambientais das empresas;
- b) separa as ações e os benefícios obrigatórios, dos realizados de forma voluntária pelas empresas;
- c) é basicamente quantitativo;
- d) se for corretamente preenchido, pode permitir comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação, ao longo dos anos.

Considerando o público diverso envolvido no debate sobre o tema, o IBASE participou da elaboração de alguns modelos de balanço social, entre eles a instituições de ensino, fundações e organizações sociais; micro e pequenas empresas e cooperativas.

Desta forma, estabeleceu-se um modelo que as empresas podem seguir na elaboração de seus Balanços Sociais, buscando a homogeneidade. A seguir, o modelo sugerido pelo IBASE, como mostra o Quadro 1:

1. Base de cálculo	2004			2003		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2004			Metas 2005		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2004:			Em 2005:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo	_____% colaboradores(as)		_____% governo	_____% colaboradores(as)	
	_____% acionistas	_____% terceiros	_____% retido	_____% acionistas	_____% terceiros	_____% retido

7. Outras informações

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papeleria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro/fumo/tabaco, armas de fogo/munições, bebidas alcoólicas ou que estejam envolvidas em denúncias e/ou processos judiciais relativos à exploração de trabalho infantil e/ou qualquer forma de trabalho forçado
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Valor total da folha de pagamento

2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&sid=13
7. Outras informações	
Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência	

Quadro 1 – Modelo do Balanço Social do IBASE

Fonte: www.ibase.org.br

Este modelo apresenta sua estrutura em quadros que são chamados de indicadores.

No quadro 1 – Têm-se os Indicadores de Resultado, apresentando informações relativas à receita líquida da organização, ou seja, a receita bruta excluída os impostos,

contribuições, vendas canceladas, devoluções; resultado operacional e o total de gastos com a folha de pagamento.

No quadro 2 – Apresentam-se os Indicadores Sociais Internos com informações relativas às ações sociais internas da organização, tais como: alimentação, em que são evidenciados todos os valores relativos a gastos com restaurantes, lanches, cestas básicas para os funcionários e dependentes; previdência privada: como os valores pagos como complementação de aposentadoria de funcionários; saúde: com os valores relativos à assistência médica para seus colaboradores e dependentes incluindo plano de saúde; educação: este indicador social interno apresenta os valores relativos a incentivos como bolsa de estudos a funcionários e dependentes, aquisição de livros para bibliotecas. Cultura, gastos em apoio a projetos culturais dentro da organização, e, participação no resultado da empresa.

No quadro 3 – Apresentam-se os Indicadores Sociais Externos, que são os resultados aplicados diretamente na sociedade, como por exemplo, apoio a projetos de habitação, creches, lazer, cultura, esporte, entre outros.

No quadro 4 – Tem-se o Indicador Ambiental, em que são apresentados todos os gastos relativos à aplicação de recursos de investimentos, monitoramento da qualidade de resíduo-efluentes e despoluição, gastos relativos a projetos ambientais, que objetivam elevar a qualidade de vida da população onde a organização está inserida e ainda, dessa forma, contribui para a melhoria da qualidade de vida do nosso planeta.

No quadro 5 – Apresenta-se o Indicador de Recursos Humanos, tais como o número de funcionários de um período para outro, número de admissões, número de empregados terceirizados e número de negros na organização, entre outros.

No quadro 6 – São apresentadas as Informações referentes ao Exercício de Cidadania Empresarial, em que são demonstrados os projetos relevantes que evidenciam o grau de comprometimento da organização para com a Responsabilidade Social. Além de informações referentes ao valor adicionado da entidade, como distribuição de riqueza em termos percentuais ao governo, colaboradores, acionistas, terceiros e resultados retidos, bem como o valor total distribuído.

Por último, no quadro 7 – Tem-se um espaço para outras informações que se acharem relevantes.

Dessa forma, o modelo apresentado pelo IBASE, é um passo importante na tentativa de convencer as organizações a divulgarem suas ações sociais por meio desse modelo. E, ainda, possibilita uma padronização, para que se possa, então, realizar todas as análises necessárias entre os diversos grupos e as diversas atividades envolvidas.

2.7.2 Modelo Balanço Social CRC/SC

O modelo apresentado pelo CRC/SC está de acordo com a resolução nº 204/2001 de 21 de fevereiro de 2001. A resolução solicita a apresentação por toda e qualquer empresa com sede em Santa Catarina até o dia 30 de junho, sendo que o Balanço Social deve ser assinado pelo responsável da empresa e Contador registrado no CRC/SC, conforme Quadro 2.

5. Planejamento Social Ano		valores
5.1. Superávit do Exercício Anterior		
5.2. Expectativa de Arrecadação de Receita		
5.3. Montante Operacional a Distribuir		
5.4. (-) Contribuições Sociais e Estatutárias		
5.5. (-) Gastos com Pessoal		
5.6. (-) Outras Despesas Operacionais		
5.7. Resultado Operacional Líquido a Distribuir		
5.8. Distribuição do Resultado aos Programas		
5.8.1. Registro Profissional		
5.8.2. Fiscalização do Exercício Profissional		
5.8.3. Educação Continuada		
5.8.4. Administrativo		

Quadro 2- Modelo Balanço Social CRC/SC
 Fonte: www.crcsc.org.br

2.7.3 Modelo Balanço Social da CVM

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM conceitua-se como:

“uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 6.385 de 07 de dezembro de 1976, com a finalidade de disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários, entende-se como tal aquele em que são negociados títulos emitidos pelas empresas para captar, junto ao público, recursos destinados aos financiamento de suas atividades”.

A CVM integrou-se ao IBASE e elaborou e colocou em audiência pública uma minuta de instrução em que estabelecia a obrigatoriedade da divulgação de uma conjunto de informações de natureza social. Essa minuta apresentava um modelo de demonstrativo que se assemelhava ao balanço social divulgado pelo IBASE.

No processo de audiência pública não foi obtido consenso quando à divulgação obrigatória do Balanço Social. A CVM propôs a inclusão no anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404/76, que trata das sociedades por ações, disposição estabelecendo que essas sociedades, bem como quaisquer outras empresas consideradas de grande porte, devem

divulgar informações de natureza social, além da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado.

O modelo de Balanço Social instituído por este órgão assemelha-se ao modelo do IBASE, entretanto a base de cálculo contém faturamento bruto e não a receita líquida. No Quadro 3 é apresentado o modelo da CVM.

1) Base de Cálculo	2000	1999
	Valor (Mil Reais)	Valor (Mil Reais)
Faturamento bruto		
Lucro Operacional		
Folha de pagamento		
2) Indicadores Laborais		
3) Indicadores Sociais		
4) Indicadores do Corpo Funcional		

Quadro 3 - Modelo de Balanço Social da CVM

Fonte: BATISTA (2000, p. 43).

2.8 Divulgação do Balanço Social

Partindo da premissa de que o Balanço Social é a divulgação voluntária, de um Demonstrativo, no qual uma organização mostra para a sociedade todos os seus projetos e ações efetivas que desenvolve, com benefício para a população e ao meio ambiente. As informações que mostram a responsabilidade social da organização são coletadas e devidamente compiladas para que, na apresentação, possam ser interpretadas pelos interessados.

Cabe analisar o custo/benefício. De imediato, o custo na elaboração, com um sistema de coleta de dados e seu processamento, até a sintetização e a conseqüente geração das informações, é significativamente superior ao benefício. Porém, existem ainda muitas dificuldades para mensurar os reais benefícios, ou seja, o volume econômico que a organização alcançará com a divulgação do Balanço Social. Pelo fato de que as informações podem ser usadas por um número variado de usuários, onde cada um atribui a sua importância e utilidade.

Ressalta-se ainda, que os investimentos realizados em ações ambientais e sociais podem prevenir gastos adicionais e futuros, tais como: multas, desperdícios, reparações, e outras imputações legais e/ou éticas. Também irá melhorar a qualidade de vida de seus clientes internos, bem como da população em geral. Tudo isso melhora sua imagem e de seus produtos, podendo aumentar a produtividade e conseqüentemente a lucratividade; melhorando assim a rentabilidade para os investidores.

Conclui-se assim, que a elaboração e a divulgação do Balanço Social tornam-se excelentes instrumentos de marketing. Podendo ser fator decisivo, a seu favor, em concorrências. Os gestores devem ser incentivados a elaborarem os Balanços Sociais, pois terão maiores possibilidades de sucesso à frente de suas organizações.

2.8.1 Projetos de Lei

Existem alguns projetos de Lei que visam estabelecer a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social.

Primeiramente, na Esfera Federal, tem-se o Projeto de Lei (PL) 3.116/97, apresentado por Marta Suplicy e outras duas deputadas (Maria da Conceição Tavares e

Sandra Starling, que terminaram seus mandatos em 31 de janeiro de 1998). Esse projeto criava e tornava obrigatório o Balanço Social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com 100 ou mais empregados, como já mencionado anteriormente. Esse Projeto de Lei chegou até a Comissão do Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Câmara dos Deputados em 19/06/1997 e foi arquivado em 01/02/1998 (Anexo A).

Outro Projeto de Lei é o de nº 00325 de 1999, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados. Este PL é do deputado Paulo Rocha e foi apresentado no dia 03 de fevereiro de 1999. Ele é reapresentação do PL da deputada Marta Suplicy e visa à criação do Balanço Social.

Na Esfera Estadual, existe um projeto sobre Responsabilidade Social, que se tornou Lei, no Rio Grande do Sul, de autoria do Deputado Estadual César Buzatto. É a Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000, que institui o Balanço Social para empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul (Anexo B).

Na Esfera Municipal, também se podem encontrar alguns Projetos de Lei, principalmente, no município de São Paulo/SP (resolução nº 005/98), no município de Santo André/SP (PL 004/97, que se tornou a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998), no município de Porto Alegre/RS (Lei nº 8.118/98, sancionada em 05 de janeiro de 1998 e publicada em 09 de janeiro de 1998), entre outros.

Tramita atualmente na Câmara dos Deputados o PL 032/99, de autoria do Deputado Paulo Rocha - PT/PA. Ele foi apresentado no dia 03/02/99 e é a reapresentação do PL da deputada Marta Suplicy. Atualmente este projeto está na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (foi apresentado no dia 21/06/99), e um novo relator está sendo articulado. O relator anterior era o Deputado Roberto Argenta (Anexo C).

Além desses Projetos de Lei, existe a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que elaborou um Projeto no qual a divulgação do Balanço Social aparece como uma das obrigações para as empresas de grande faturamento anual, acima de R\$ 150.000.000,00 (Cento e cinquenta milhões de reais) e ativos de mais de R\$ 120.000.000,00 (Cento e vinte milhões de reais).

Esse projeto de Lei da CVM também obriga a elaboração da DVA – Demonstração do Valor Adicional.

2.9 Normatização e certificação do Balanço Social

Existem normas que foram criadas com o objetivo de verificar, desenvolver e consolidar uma série de padrões auditáveis referentes à responsabilidade social. É importante lembrar que no cenário nacional, o “Betinho” – Herbert de Souza, que, quando presidente do IBASE, passou a defender a idéia da elaboração e divulgação do Balanço Social como instrumento de demonstração do envolvimento social dos empresários junto à sociedade brasileira. A partir da iniciativa do IBASE, a CVM se integrou ao movimento que busca incentivar a divulgação do Balanço Social, por meio de pareceres de orientação (PO CVM n.ºs. 15/87 e 24/92).

A CVM vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo emitido dois Pareceres de Orientação nesse sentido (o Parecer de Orientação CVM n.º 15/87 na parte que trata do Relatório da Administração e o Parecer de Orientação CVM n.º 24/92 sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado). Além disso, fez incluir no anteprojeto de reformulação da Lei n.º 6.404/76 a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado e de informações de natureza social e de produtividade. (OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N.º 01/00).

A norma SA 8000, desenvolvida a partir de 1997, foi criada pelo CEPAA – Council on Economic Priorities Accreditation Agency – agência filiada à CEP- Council on

Economic Priorities, uma entidade pioneira no campo de responsabilidade social, em Nova Iorque. Em meados de 2000, o CEPAA passou a denominar-se Social Accountability International – SAI (SAI, 2001).

A SA 8000 é “uma norma uniforme e auditável que permite uma verificação, além de ser um padrão internacional de aferição utilizado pelas empresas socialmente responsáveis” (QSP, 2005). Esta requer da empresa o cumprimento de leis nacionais e de outras que lhe sejam aplicáveis. No Brasil, constituem-se como requisitos legais aplicáveis: a Constituição de 1988, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), as Normas Regulamentadoras (NRs) que perfazem a Lei 3.214, referente à Segurança e Medicina do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (QSP, 2005).

Segundo ETHOS (2004), “A AA1000 busca fornecer um padrão internacional de gestão de ética e responsabilidade social, tomando como base fundamental o processo de engajamento de *stakeholders* (colaboradores, governo, sociedade), podendo ser empregada de duas formas: como uma base comum para definir a qualidade de padrões especializados de responsabilidade social e como um sistema independente para gerir e comunicar o desempenho na área de responsabilidade social e ética”.

As normas ISO 9000 são complementares a todas as especificações técnicas, normas ou regulamentos aplicáveis aos produtos ou operação da empresa (não tratam de qualquer especificação técnica do produto). Publicadas em 1987, a família ISO 9000 compõe, em sua versão 2000 das normas ISO 9000 (Sistema de Gestão da Qualidade-Fundamentos e vocabulário), ISO 9001 (Sistemas de Gestão da Qualidade-Requisitos) e ISO 9004 (Sistemas de Gestão da Qualidade-Diretrizes para melhoria de Desempenho), além de um conjunto de normas complementares à série original, identificadas pela série 10.000. (ABNT-25, 2005).

De acordo com site da ABNT – controle da qualidade (2005) a ISO 9000 descreve os fundamentos de sistemas de gestão da qualidade e estabelece a terminologia para estes sistemas. A ISO 9001 especifica requisitos para um sistema de gestão de qualidade, no qual uma organização precisa demonstrar sua capacidade para fornecer produtos que atendam os requisitos dos clientes e os requisitos regulamentares, e objetiva, também, aumentar a satisfação do cliente. E por fim a ISO 9004 fornece diretrizes que consideram tanto a eficácia quanto à eficiência dos sistemas de gestão da qualidade. O objetivo desta norma é melhorar o desempenho da organização e a satisfação dos clientes e das outras partes interessadas.

Também existe a série ISO 14.000, elaborada com intuito de prover as organizações dos elementos necessários para um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) integrado aos outros requisitos de gestão, adequando qualquer organização, independentemente de localização física, social e cultural. Neste conjunto de normas série 14.000 tem-se a ISO 14.001 (Especificação e Diretrizes para Uso) que fornece as diretrizes para as organizações com vista à determinação das políticas ambientais a serem adotadas, levando em conta requisitos legais e os impactos ambientais significativos. Contém os requisitos a serem auditados/examinados para fins de certificação/registo e/ou autodeclaração. Todos os requisitos dessa norma aplicam-se a qualquer sistema de gestão ambiental, no entanto, a sua implantação não oferece garantia satisfatória a todos que a utilizarem.

A norma BS 8800 (2004) prescreve um Sistema de Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança compatível com a ISO 14.001, apoiado nas mesmas ferramentas do ciclo PDCA (Plan – planejar, Do – fazer, Check – verificar e Action – agir) de melhoria contínua. Esta compatibilidade permite a unificação de ambas às normas e a integração

com as normas da série ISO 9000, formando uma poderosa ferramenta de gestão para a empresa.

De acordo com QSP – Centro da Qualidade, Segurança e Produtividade para o Brasil e América Latina (2004) há ainda a norma OSHAS 18001 que é:

uma especificação que tem por objetivo prover às organizações os elementos de um Sistema de Gestão da SST (segurança e saúde no trabalho) eficaz, passível *de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar seus objetivos de segurança e saúde ocupacional.* Ela define os requisitos de um Sistema de Gestão da SST, tendo sido redigida de forma a aplicar-se a todos os tipos e portes de empresas, e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais. O sucesso do sistema depende do comprometimento de todos os níveis e funções, especialmente da alta administração. Um sistema desse tipo permite a uma organização estabelecer e avaliar a eficácia dos procedimentos destinados a definir uma política e objetivos de SST, atingir a conformidade com eles e demonstrá-la a terceiros.

Essa série de normas podem ser utilizadas para a verificação da utilização das informações contidas nos Balanços Sociais; ou seja, auxilia na verificação e no exame das mais diversas informações de cunho social divulgadas pelas empresas em seus Balanços Sociais.

2.10 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA complementa as informações contidas no Balanço Social. Esta demonstração apresenta o conjunto de dados que evidenciam a riqueza gerada pela entidade em determinado período, bem como sua destinação, demonstrando a contribuição econômica da empresa, constituindo o Produto Interno Bruto (PIB) da organização.

Para Tinoco (2001, p. 64),

Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações é pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado (valor total da produção de bens e serviços de determinado período, menos os custos dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a essa produção), bem como a forma pelo qual está distribuído entre os diferentes grupos que interagem com suas atividades.

Para Kroetz (2000, p.40), a elaboração do DVA:

Constitui-se numa informação de fundamental importância para a gestão, como também aos demais usuários da Contabilidade. Sendo possível citar a relevância da DVA para as entidades governamentais, auxiliando no processo de análise do perfil e da contribuição da entidade, servindo de base para a abertura de linhas de crédito, incentivos, procedimentos conjuntos, entre outras atividades de interesse público.

A elaboração da DVA em conjunto com o Balanço Social permite verificar de que maneira a empresa está contribuindo para a formação do PIB; não substitui a Demonstração do Resultado do Exercício, mas completa suas informações. De acordo com Kroetz (2000, p. 42), a Demonstração do Valor Adicionado apresenta a riqueza individualizada gerada pela empresa, pelo seguinte cálculo:

$VA = R_p - R_a$, onde:

VA – Valor Adicionado da Entidade
R_p – Recursos produzidos pela entidade
R_a – Recursos adquiridos de terceiros.

No Quadro 4, tem-se o exemplo da estrutura metodológica da DVA-Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com o modelo IBASE.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	RS Mil
1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.	

Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado
 Fonte: IBASE

Para se obter um bom resultado no preenchimento deste demonstrativo, é aconselhável basear-se nas Instruções para preenchimento da DVA, conforme Anexo D.

A publicação da Demonstração do Valor Adicionado em conjunto com o Balanço Social auxilia o controle do desempenho econômico e social da empresa, evidenciando sua contribuição aos diversos setores da sociedade por meio de sua destinação.

3 METODOLOGIA

A metodologia caracteriza-se como sendo o caminho traçado para atingir aos objetivos de uma pesquisa, o qual norteará o pesquisador na busca de conhecimento, por intermédio da identificação de erros e acertos, com vistas ao aprimoramento dos resultados obtidos.

3.1 Caracterização da pesquisa

O ser humano tem uma necessidade inerente que é o questionamento dos fatos e a busca de soluções para seus problemas. Esta busca se faz por intermédio da pesquisa e do conhecimento, no qual se obtém respostas para determinadas situações.

Para alcançar os objetivos do trabalho foram utilizados métodos e técnicas de coleta de dados julgados essenciais à obtenção de informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

O estudo que foi realizado na Empresa caracterizou-se como um Estudo de Caso. Os estudos de caso vão abranger uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados, de um ou vários casos, com a finalidade de emitir um relatório ordenado, para se poder tomar uma decisão ou propor uma ação transformadora. Segundo Chizzotti (2001) o desenvolvimento do estudo de caso é composto por três fases: a seleção e delimitação do caso, trabalho de campo e a organização e redação do relatório, nesta fase as informações colhidas se constituirão em dados que comprovem as descrições e análises do caso.

Um estudo de caso, segundo Gil (1988, p.58), “...é caracterizado pelo estudo exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Ainda em concordância com Gil (1988, p.58) esse método é definido como sendo “...um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação”.

O estudo de caso é, portanto, a aplicação da teoria. Para isso, é essencial estudar profundamente o assunto. Assim, procurou-se, por meio do material pesquisado apresentar uma análise comparativa sobre os indicadores do Balanço Social da Unimed, nos anos de 2002, 2003 e 2004.

Neste estudo, o qual visou a construção de uma monografia, utilizou-se do tipo de pesquisa exploratória, sob a técnica de pesquisa bibliográfica. Sendo assim, Ruiz (1987, p.45) conceitua pesquisa exploratória, aquela que:

Tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos ao fato estudado.

Desta forma, pode-se entender que a pesquisa exploratória parte do princípio de esclarecer um problema comumente apresentado, a fim de atingir objetivos específicos, contribuindo assim para o avanço.

A pesquisa caracteriza-se, também, como descritiva porque “tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 1996,p.46)

Trata-se ainda de um estudo qualitativo quanto à abordagem do problema, que segundo Chizzotti (2001), são os tipos de dados coletados que:

Fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos fatos.

De acordo com Richardson (1999, p. 80 *apud* RAUPP & BEUREN, 2003, p. 91)

“ os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Assim, por meio da pesquisa qualitativa se faz uma análise mais profunda a respeito do assunto a ser estudado, baseando-se em fatos e opiniões, e não apenas em números.

3.2 Coleta e análise dos dados

A coleta de dados marca o início da pesquisa, na qual se dá a busca por dados relevantes com a ajuda de técnicas de pesquisa específicas para cada situação. Vergara (1990) afirma que para realizar uma pesquisa, os dados podem ser obtidos por intermédio de vários instrumentos como: entrevista, observação, análise documental, questionários

entre outros. Cada um desses instrumentos apresenta vantagens e desvantagens, cabe ao pesquisador definir qual será o mais adequado ao seu tipo de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, segundo Medeiros (1991, p. 234), “É aquela que busca o levantamento de todos os livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto do seu interesse”.

Por intermédio deste trabalho pretendeu-se pesquisar os diversos autores para buscar o maior conhecimento sobre teorias, técnicas e aplicação do Balanço Social.

A técnica de coleta de dados utilizada constitui na análise documental, que se refere à análise de documentos da empresa, como os balanços sociais de 2003 e 2004.

O enfoque da análise documental baseia-se na utilização de documentos como subsídio de pesquisa. Segundo Cervo (1983, p. 79) o documento é entendido como “toda a base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova”.

Depois de levantados os dados necessários, sucedeu-se suas análises, que segundo Lakatos e Marconi (1991, p.167) “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. No presente estudo a análise foi realizada de forma qualitativa, no qual os dados são analisados segundo sua coerência, consistência, originalidade e objetivação.

Conseqüentemente, este trabalho foi realizado, em relação à sua abordagem, por intermédio de uma pesquisa qualitativa; quanto aos seus objetivos, por uma pesquisa exploratória e, em relação ao procedimento, por uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de reunir dados para o desenvolvimento do tema abordado.

3.3 Limitações do estudo

A principal limitação deste trabalho, é por se caracterizar como um estudo de caso, não podendo as conclusões do estudo serem generalizadas para outras empresas.

Outra limitação foi quanto ao acesso das informações necessitadas junto à empresa estudada, como por exemplo informações a respeito das ações desenvolvidas dentro das ações de cada indicador analisado.

4 CASO PRÁTICO

Neste capítulo é apresentada a caracterização da organização pesquisada, assim como, descreve as ações relacionadas a sua responsabilidade social. Também será demonstrado o Balanço Social da Unimed Florianópolis, feita uma análise comparativa de alguns indicadores do seu balanço nos anos de 2002, 2003 e 2004.

4.1 Caracterização da organização

No início da década de 70, a categoria médica em Florianópolis convivía cotidianamente com dificuldades vivenciadas pelos hospitais frente ao Instituto Nacional Previdência Social, o INPS. Havia uma demanda pela constituição de espaços qualificados e autônomos para o exercício profissional.

A Unimed Florianópolis foi criada em 30 de agosto de 1971, como resposta a essa demanda. A assembléia geral que constituiu a cooperativa teve a presença de 102 médicos, e foi realizada no auditório da Associação Catarinense de Medicina (ACM).

O primeiro nome da Unimed Florianópolis foi Sanmed - Cooperativa de Assistência Médica da Grande Florianópolis, surgido do hábito de conotar o nome da cooperativa com o do estado de sua localização. Assim, havia a Medminas (MG), a Medpar (PR), etc. Uma decisão posterior levou à adoção do nome Medsan. A denominação Unimed Florianópolis foi adotada em 1983.

A primeira diretoria foi constituída pelo presidente Antônio Moniz Aragão e pelos diretores Roldão Consoni, João Carlos Baron Maurer e Paulo Tavares da Cunha Melo. A sustentação da cooperativa nos primeiros anos decorreu em parte da credibilidade de seu

primeiro presidente, que exercera importantes cargos no serviço público e em entidades médicas.

A manutenção nos primeiros tempos foi assegurada pelas quotas-partes recolhidas por seus fundadores. A renda própria veio com o primeiro contrato, firmado com o Ipalesc - Instituto de Previdência dos Funcionários da Assembléia Legislativa, beneficiando 200 usuários. Aos poucos, a cooperativa foi se impondo e adquirindo maior credibilidade, tornando-se auto-sustentável. Em pouco tempo, a Unimed Florianópolis pôde comprar seu primeiro conjunto de salas, no prédio em que funcionava a ACM, na rua Jerônimo Coelho. Em 1983 foi adquirida uma sede na rua Osmar Cunha, onde hoje funciona uma clínica. Em 1991, a sede passou para o prédio da rua Dom Jaime Câmara, onde permanece a estrutura administrativa. Em 1998, a Unimed inaugurou outra sede, na Osmar Cunha, só para atendimento aos usuários. Em quase três décadas de crescimento contínuo, a Unimed Florianópolis sempre contou com o entendimento e a participação dos cooperados. Em 2001, a Unimed Florianópolis inaugurou o novo prédio que ampliou as instalações atuais. Isso trouxe um novo espaço para adequar a empresa às novas realidades da gestão empresarial. Buscando atender as necessidades comerciais, no final de 2003, a cooperativa abriu uma nova loja de vendas no Centro de Florianópolis, localizada à rua Osmar Cunha. Em 2004, reestruturou a loja do bairro Kobrasol e inaugurou a nova loja de vendas no Centro de Palhoça (*site* Unimed Florianópolis).

Sem isso, não poderia atender às aspirações da comunidade, nem alcançar a posição que hoje ocupa: a liderança incontestável no mercado de planos de saúde.

A seguir segue os nomes de todos os presidentes, com os respectivos mandatos:

1971-1983 - Dr. Antônio Moniz Aragão

1983-1985 - Dr. Lincoln Virmond Abreu

1985-1988 - Dr. João Nilson Zutino
1988-1991 - Dr. Defendente Debiase
1991-1995 - Dr. Euclides Quaresma
1995-1999 -Dr. Sílvio Schmitz
1999-2003 - Dr. Almir Adir Gentil
2003-2007 - Dr. Edevard José de Araújo

É fundamental enfatizar que o sistema não busca lucro, mas sim remuneração justa ao prestador de serviços e atendimento de qualidade ao usuário do serviço.

A missão da Unimed Florianópolis é a seguinte: "Oferecer assistência à saúde e serviços afins priorizando a satisfação dos clientes e profissionais, com responsabilidade social".

A visão estratégica da empresa é: "Ser conhecida como uma cooperativa de excelência e a melhor operadora de assistência à saúde".

E seus valores: "Os valores da Unimed que constituem seus princípios são: Equidade, Ética, Integridade, Lealdade, Solidariedade e Verdade".

4.1.1 Responsabilidade Social Unimed Florianópolis

A Unimed Florianópolis sabe que a promoção da saúde só pode ser conquistada por meio de um conjunto de ações capazes de gerar bem estar físico e mental, sendo o corpo humano o resultado do meio ambiente e da sociedade em que vive. Com essa convicção, a Cooperativa Médica vem desenvolvendo, desde 1999, um importante projeto de responsabilidade social, objetivando diminuir as desigualdades tão evidentes na atualidade e que repercutem na vida de todos.

Conforme apresentado no *site* da Unimed Florianópolis, a ação iniciou com projetos nas áreas de saúde, geração de renda, educação, meio ambiente e esporte, realizados com destacadas parcerias. Nos cinco anos de trabalho, a Unimed da Capital Catarinense já beneficiou 103.600 pessoas, tornando-se referência em práticas sociais, destacando-se como a:

- 1ª Unimed do país filiada ao instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
- 1ª Unimed do país signatária do Global Compact proposto pela Organização das Nações Unidas – ONU.
- Única Unimed do país a fazer parte do banco de práticas do Instituto Ethos.
- Única Unimed do país participante de quatro Conferências Nacionais do Instituto Ethos.
- 1ª Unimed do país a elaborar um Código de Conduta Ética.
- Unimed melhor pontuada pelo selo Unimed Nacional 2004.
- Excelência em Gestão do Anuário Balanço Social Região Sul Revista Expressão 2004.

4.1.1.1 Programas Desenvolvidos

Os programas que contam com a colaboração da Unimed Florianópolis, conforme o *site* da Unimed são:

a) **Capital Criança:** Projeto da Prefeitura de Florianópolis que, em três anos reduziu a taxa de mortalidade infantil em 42,5%, registrando atualmente menos de 10 mortes a cada mil nascidos. Com a parceria da Unimed, as gestantes de alto risco passaram a receber consultas ginecológicas e pediátricas.

- b) **PROERD:** Projeto desenvolvido em parceria com a Polícia Militar, ensina alunos da rede municipal e estadual a atuarem contra a violência e a droga, num estímulo à paz e ao bom senso.
- c) **Jovem Trabalhador:** A Unimed oferece oportunidade de trabalho a jovens de 16 e 17 anos, em convênio com a Promenor, para a área administrativa, em jornada de 4 horas/dia. O principal critério de admissão é o bom desempenho escolar.
- d) **Lixo Reciclável:** Em convênio com a Promenor, a Cooperativa confecciona e distribui cartazes com orientações sobre a importância e a necessidade de reciclar o lixo. Além disso, todo o lixo recolhido na Unimed é enviado para a Promenor, que o devolve já reciclado em forma de blocos para rascunho, receituários, risquerabisque, sacolas e outros. Os recursos são revertidos para a própria instituição. A ação contribui para a geração de 96 toneladas de papel reciclado, o equivalente a 22.280 árvores que deixaram de ser cortadas.
- e) **Teatros e Contos:** A proposta da Unimed é criar oportunidade para crianças e adultos de comunidades carentes conhecerem peças teatrais e a dramaturgia de modo geral, com espetáculos seguidos por palestra de prevenção e cuidados com a saúde.
- f) **Júnior Achievement:** Projeto de parceria com a entidade educativa filantrópica, criada nos Estados Unidos em 1919 e opera em 107 países, atendendo a mais de 6 milhões de jovens. Em Santa Catarina, a entidade atua desde 1997, e visa despertar no jovem o espírito empreendedor.
- g) **Médico na Escola:** Desenvolvido na Escola de Ensino Fundamental Professora Antonieta de Barros, onde é prestado atendimento aos estudantes e familiares, contribuindo para a redução dos índices de desnutrição, de dificuldade de aprendizagem, de violência e do contato com as drogas.

h) **Levando a Arte Unimed:** Desenvolver por meio da música e teatro a sensibilidade e valores morais dos jovens além de promover a cidadania e a solidariedade, formando um grupo de teatro e música para apresentações voluntárias em instituições sociais, asilos, orfanatos, escolas, hospitais eventos nas comunidades.

i) **Capoeira como Instrumento de Inclusão:** Associação criada em 1966 tem como missão, por intermédio do ensino desta forma de luta/arte, ser uma alternativa de educação, cultura e lazer para as crianças e adolescentes das comunidades do Monte Verde, Saco Grande e Sambaqui. Com esta atividade a Unimed proporciona a estas crianças e adolescentes uma opção cujo o objetivo central é o seu afastamento do uso e trafico de drogas.

4.1.1.2 Balanço Social na visão da Unimed Florianópolis

Em entrevista, conforme o Apêndice A, com o supervisor da divisão de contabilidade da Unimed Florianópolis, responsável pela elaboração do Balanço Social da cooperativa, que é Contador e exerce este cargo na cooperativa há 5 meses, a elaboração do Balanço Social para a cooperativa é importante porque faz com que a empresa olhe para dentro dela, força a empresa a verificar se ela atende seus objetivos, suas necessidades, ou seja, se a cooperativa está trazendo algum benefício para a sociedade. Segundo o entrevistado, é um indicador que verifica o contato com o meio no qual a cooperativa está inserida, avalia se a cooperativa não é segregacionista, ou seja, não está sendo preconceituosa, racista, etc.

A importância da divulgação do Balanço Social para a Unimed Florianópolis é que a sociedade tenha consciência o que a cooperativa faz para o bem da comunidade, não sendo apenas vista como uma “operadora de serviço - venda de plano de saúde”. A mídia

muitas vezes mostra apenas coisas boas ou ruins a respeito das empresas. Com o Balanço Social a cooperativa pode mostrar o que efetivamente faz, além de suas atividades operacionais e rotineiras.

O contador diz que não houve um crescimento na participação de mercado após a divulgação do Balanço Social da cooperativa; todavia esta não era seu objetivo ao divulgar.

Os critérios utilizados pela cooperativa para definir o montante de recursos a serem investidos em cada área são sempre analisar os anos anteriores, observar em qual área não está sendo muito investido, e começar a investir em ações para aumentar os índices que ela observou que está ineficiente. Antigamente a cooperativa estava só preocupada com o indicador econômico, hoje a cooperativa observa o todo, o ambiente onde ela está inserida. A cooperativa investe mais recursos nos indicadores sociais internos para os cooperados.

Nos anos analisados a cooperativa não possuía programas de educação ambiental para os colaboradores, a partir de 2005 a cooperativa passou a divulgar um projeto chamado “Consumo consciente”, juntamente com um convênio com o projeto Akatu. Como o programa é novo ainda não há como analisar os resultados.

A cooperativa, segundo o entrevistado, vê o trabalho voluntariado com bons olhos, porém não possui nenhuma ação que estimule os cooperados e colaboradores a serem voluntários, entretanto se sabe que há vários colaboradores que prestam trabalho voluntário.

O número de beneficiados pelos projetos sociais financiados pela cooperativa é aproximadamente 30.000 pessoas. E o retorno destes investimentos são satisfatórios, como por exemplo, convênios com a Promenor, a Aflov, que são parceiros da cooperativa com ações de inserção social.

Na opinião do contador o Balanço Social deveria ser de elaboração e divulgação obrigatória para todas as empresas, para que a comunidade em que ela está inserida veja se a empresa é socialmente responsável, traz benefícios à sociedade que está a sua volta.

4.2 Balanço Social Unimed Florianópolis/2003

O Quadro 5 apresenta o Balanço Social da Unimed Florianópolis do ano de 2003/2003, que se constitui no modelo de Balanço Social do IBASE para Cooperativas.

Balanço Social Anual 2003 - IBASE



Unimed FLORIANÓPOLIS
Nº Registro ANS:36044-9
Nome/Cargo responsável pelo preenchimento: SON JOSÉ GOEDERT
Telefone: 216-8108 E-mail: roserg@unimedflorianopolis.com.br

☑ Incluir valores sem centavos

Descrição do cálculo	2003		2002	
Receitas Líquidas (CL)	135.571.087		123.050.900	
Resultado Operacional (RO)	15.991.983		8.961.253	
Contribuição Cooperativada Bruta (PCB)	124.940.636		128.944.807	
Despesa de Pagamento Bruta (FPB)	7.874.995		7.085.334	

Indicadores sociais internos - cooperados						
	Valor R\$	% s/PCB	% s/CL	Valor R\$	% s/PCB	% s/CL
Gastos Compulsórios (IRRF e INSS)	4.843.320	3,88%	3,57%	3.904.714	3,03%	3,17%
Seguradora de Previdência Privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguradora de Saúde	3.497.360	2,80%	2,58%	2.345.630	1,82%	1,91%
Seguradora de Previdência e Medicina no Trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguradora de Previdência	44.922	0,04%	0,00%	40.817	0,03%	0,03%
Seguradora de Previdência	11.231	0,01%	0,01%	15.306	0,01%	0,01%
Seguradora de Previdência e Desenvolvimento Profissional	56.153	0,04%	0,04%	45.919	0,04%	0,04%
Seguradoras distribuídas e/ou capitalizadas	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguradoras Benefícios Assistenciais	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores Sociais Internos - Cooperados	8.452.986	6,77%	6,28%	0	0,00%	0,00%
Indicadores sociais internos - colaboradores						
	Valor R\$	% s/FPB	% s/CL	Valor R\$	% s/FPB	% s/CL
Seguradora de Previdência	895.229	11,37%	0,66%	739.675	10,44%	0,60%
Seguradoras Sociais Compulsórias	2.224.794	28,25%	1,64%	1.967.266	27,77%	1,60%
Seguradora de Previdência Privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguradora de Saúde	380.170	4,83%	0,28%	381.209	5,38%	0,31%
Seguradora de Previdência e Medicina no Trabalho	1.490	0,02%	0,00%	2.265	0,03%	0,00%
Seguradora de Previdência	67.384	0,86%	0,05%	66.328	0,94%	0,05%
Seguradora de Previdência	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguradora de Previdência e Desenvolvimento Profissional	44.922	0,57%	0,00%	35.715	0,50%	0,03%
Seguradoras ou auxílio-creche	33.125	0,42%	0,02%	35.595	0,50%	0,03%
Seguradora de Previdência nos Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguradoras Benefícios Assistenciais	244.296	3,10%	0,18%	197.058	2,78%	0,16%
Total - Indicadores Sociais Internos - Colaboradores	3.891.410	49,41%	2,87%	3.425.111	48,34%	2,78%
Indicadores sociais externos						
	Valor R\$	% s/RO	% s/CL	Valor R\$	% s/RO	% s/CL
Seguradora de Previdência	42.991	0,27%	0,03%	27.130	0,30%	0,02%
Seguradora de Previdência	7.800	0,05%	0,01%	4.922	0,05%	0,00%
Seguradora de Saúde e Saneamento	38.195	0,24%	0,03%	24.104	0,27%	0,02%
Seguradora de Previdência	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguradora de Previdência à fome e Segurança Alimentar	26.801	0,17%	0,02%	20.217	0,23%	0,02%
Seguradoras gastos sociais externos	30.789	0,19%	0,02%	19.430	0,22%	0,02%
Total - Contribuições para a sociedade	146.576	0,92%	0,11%	95.803	1,07%	0,08%
Gastos (excluídos encargos sociais)	3.137.099	19,62%	2,31%	2.289.965	25,55%	1,86%
Total - Indicadores Sociais Externos	3.283.675	20,53%	2,42%	2.385.789	26,62%	1,94%
Indicadores ambientais						
	Valor R\$	% s/RO	% s/CL	Valor R\$	% s/RO	% s/CL
Investimentos relacionados com a operação da cooperativa	23.900	0,15%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	23.900	0,15%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Objetivo ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a cooperativa:						
Se não possui metas		2. Cumpre de 0 a 50%				
Se possui metas		4. Cumpre de 76 a 100%				
		3			2	
Indicadores do cooperado						
		2003			2002	
Total de cooperados		1.437			1.349	
Total de cooperados ativos		1.437			1.349	
Cooperados com 45 anos ou mais		1.004			951	
Cooperados do sexo feminino		437			431	

Colaboradores do corpo funcional						
de colaboradores ao final do período		272				276
de colaboradores admitidos durante o período		11				24
de colaboradores terceirizados		41				30
de estagiários		34				37
de colaboradores com 45 anos ou mais		20				14
de mulheres que trabalham na cooperativa		173				167
de cargos de chefia ocupados por mulheres		60%				60%
de negros que trabalham na empresa		11				7
de cargos de chefia ocupados por negros		4%				4%
de portadores de deficiência ou necessidades especiais		5				4
Informações relevantes quanto ao exercício da						
Administração empresarial						
relação entre a maior e a menor remuneração na cooperativa		24,11				25,74
número total de acidentes de trabalho		0				0
projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela cooperativa						
ram definidos por:						
Direção 2. Direção e Gerência 3. Todos os colaboradores		1				1
padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho						
ram definidos por:						
Direção e Gerência 2. Todos os colaboradores 3. Todos + CIPA		3				3
quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva						
representação interna dos colaboradores, a cooperativa:						
Não se envolve 2. Segue as normas da OIT 3. Incentiva e segue a OIT		2				2
previdência privada contempla:						
Direção 2. Cooperados 3. Direção e colaboradores						
Colaboradores 5. Direção, Cooperados e Colaboradores						
participação nas sobras ou resultados contempla:						
Direção 2. Cooperados 3. Direção e colaboradores						
Colaboradores 5. Direção, Cooperados e Colaboradores		2				2
a seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de						
sponsabilidade social e ambiental adotados pela cooperativa:						
Não são considerados 2. São sugeridos 3. São exigidos		3				3
quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho						
voluntário, a cooperativa:						
Não se envolve 2. Apóia 3. Organiza e incentiva		2				2
número total de reclamações e críticas de consumidores:						
Na cooperativa		444				360
Na Procon		58				48
Na Justiça		558				498
de reclamações e críticas solucionadas:						
Na cooperativa		92%				90%
Na Procon		90%				88%
Na Justiça		8%				6%
valor adicionado a distribuir (em R\$) - Vide Anexo I		114659466,6				104897397
distribuição % do valor adicionado:						
Governo		4,068%				3,24%
Cooperados		87,592%				93,80%
Colaboradores		6,589%				6,52%
Terceiros		1,631%				1,47%
Sociedade		0,128%				0,09%
À disposição da AGO		-0,008%				-5,12%
Outras informações						

Quadro 5 - Balanço Social da Unimed Florianópolis/2003

Fonte: site Unimed Florianópolis

4.3 Balanço Social Unimed Florianópolis/2004

O Quadro 6 apresenta o Balanço Social da Unimed Florianópolis do ano de 2003/2004, que se constitui no modelo de Balanço Social do IBASE.

Balanço Social do Sistema Cooperativo Catarinense 2003/2004

Cooperativa:	
UNIMED FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA	
Nome/Cargo responsável pelo preenchimento:	
LISON GÖEDERT	
Assinatura:	E-mail:

**OCESC**

Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

Nota: Incluir valores sem centavos

Descrição	2004			2003		
	Valor R\$	% s/PCB	% s/CL	Valor R\$	% s/PCB	% s/CL
Entraprestações Líquidas (CL)						
	139.699.225			135.571.087		
Resultado Operacional (RO)						
	20.501.569			15.991.933		
Produção Cooperativada Bruta (PCB)						
	143.850.272			124.940.636		
Despesa de Pagamento Bruta (FPB)						
	9.391.034			7.874.995		
Indicadores sociais internos - cooperados	Valor R\$	% s/PCB	% s/CL	Valor R\$	% s/PCB	% s/CL
Impostos Compulsórios (IRRF e INSS)	4.895.619	3,40%	3,50%	4.843.320	3,88%	3,47%
Providência Privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Assistência à Saúde	1.214.966	0,84%	0,87%	3.497.360	2,80%	2,50%
Segurança e Medicina no Trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	145.702	0,10%	0,10%	44.922	0,04%	0,03%
Recreação	25.332	0,02%	0,02%	11.231	0,01%	0,01%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	130.458	0,09%	0,09%	56.153	0,04%	0,04%
Prêmios distribuídos e/ou capitalizadas	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Benefícios Assistenciais	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores Sociais Internos - Cooperados	6.412.077	4,46%	4,59%	8.452.986	6,77%	6,05%
Indicadores sociais internos - colaboradores	Valor R\$	% s/FPB	% s/CL	Valor R\$	% s/FPB	% s/CL
Alimentação	1.009.410	10,75%	0,72%	895.229	11,57%	0,66%
Impostos Sociais Compulsórios	2.730.194	29,07%	1,95%	2.224.794	28,25%	1,64%
Providência Privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Assistência à Saúde	347.622	3,70%	0,25%	380.170	4,83%	0,28%
Segurança e Medicina no Trabalho	3.446	0,04%	0,00%	1.490	0,02%	0,00%
Educação	8.438	0,09%	0,01%	67.384	0,86%	0,05%
Recreação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	122.682	1,31%	0,09%	44.922	0,57%	0,03%
Prêmios ou auxílio-creche	42.456	0,45%	0,00%	33.125	0,42%	0,02%
Participação nos Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Benefícios Assistenciais	297.330	3,17%	0,21%	244.296	3,10%	0,18%
Total - Indicadores Sociais Internos - Colaboradores	4.561.578	49,57%	3,27%	3.891.410	49,41%	2,87%

Custos sociais externos		Valor R\$	% s/RO	% s/CI	Valor R\$	% s/RO	% s/CI
Contribuição		58.900	0,29%	0,04%	42.991	0,27%	0,03%
Aluguel		9.000	0,04%	0,01%	7.800	0,05%	0,01%
Água e Saneamento		13.509	0,07%	0,01%	38.195	0,24%	0,03%
Eletricidade		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Contribuição para a fome e Segurança Alimentar			0,00%	0,00%	26.801	0,17%	0,02%
Outros gastos sociais externos		70.487	0,34%	0,05%	30.789	0,19%	0,02%
l - Contribuições para a sociedade		151.896	0,74%	0,11%	146.576	0,92%	0,10%
Impostos (excluídos encargos sociais)		3.705.958	18,08%	2,65%	3.137.099	19,62%	2,25%
l - Indicadores Sociais Externos		3.857.854	18,82%	2,76%	3.283.675	20,53%	2,35%
Custos ambientais		Valor R\$	% s/RO	% s/CI	Valor R\$	% s/RO	% s/CI
Investimentos relacionados com a operação da cooperativa		6.430	0,03%	0,00%	23.900	0,15%	0,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
l dos investimentos em meio ambiente		6.430	0,03%	0,00%	23.900	0,15%	0,02%
Política para o estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a cooperativa:							
1. Não possui metas	2. Cumpre de 0 a 50%						
3. Cumpre de 51 a 75%	4. Cumpre de 76 a 100%						
			3			3	
Dados do cooperado		2004		2003			
Total de cooperados			1.475			1.441	
Total de cooperados ativos			1.475			1.441	
Total de cooperados com 45 anos ou mais			822			778	
Total de cooperados do sexo feminino			453			437	
Dados do corpo funcional		2004		2003			
Total de colaboradores ao final do período			335			272	
Total de colaboradores admitidos durante o período			87			11	
Total de colaboradores terceirizados			41			41	
Total de estagiários			33			34	
Total de colaboradores com 45 anos ou mais			22			20	
Total de mulheres que trabalham na cooperativa			192			173	
Total de cargos de chefia ocupados por mulheres			61%			60%	
Total de negros que trabalham na empresa			12			11	
Total de cargos de chefia ocupados por negros			0%			4%	
Total de portadores de deficiência ou necessidades especiais			6			5	
Indicadores relevantes quanto ao exercício da função empresarial		2004		2003			
Diferença entre a maior e a menor remuneração na cooperativa			24,63			24,11	
Total de acidentes de trabalho			2			0	
Projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela cooperativa							
Definidos por:							
1. Direção e Gerência	2. Direção e Gerência	3. Todos os colaboradores					
			1			1	
Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho							
Definidos por:							
1. Direção e Gerência	2. Todos os colaboradores	3. Todos + CIPA					
			3			3	
Respeito à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva							
1. Apresentação interna dos colaboradores, a cooperativa:							
2. Não se envolve	2. Segue as normas da OIT	3. Incentiva e segue a OIT					
			2			2	

Previdência privada contempla:							
Direção	2. Cooperados	3. Direção e colaboradores					
Colaboradores	5. Direção, Cooperados e Colaboradores						
Participação nas sobras ou resultados contempla:							
Direção	2. Cooperados	3. Direção e colaboradores					
Colaboradores	5. Direção, Cooperados e Colaboradores			2			2
Seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela cooperativa:							
Não são considerados	2. São sugeridos	3. São exigidos		3			3
Participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a cooperativa:							
Não se envolve	2. Apóia	3. Organiza e incentiva		2			2
Número total de reclamações e críticas de consumidores:							
Na cooperativa				1.913			444
No Procon				70			58
Na Justiça				635			558
Porcentagem de reclamações e críticas solucionadas:							
Na cooperativa				77%			92%
No Procon				85%			90%
Na Justiça				6%			8%
Valor adicionado a distribuir (em R\$) - Vide Anexo I				117.178.379			114.659.467
Distribuição % do valor adicionado:							
Governo				4,723%			4,068%
Cooperados				83,990%			87,592%
Colaboradores				7,923%			6,589%
Terceiros				1,735%			1,631%
Sociedade				0,130%			0,128%
À disposição da AGO				1,499%			-0,008%

Outras Informações

Em 2003 foram informados 1.437 cooperados sendo que o correto eram 1.441;

quantidade de Cooperados acima de 45 anos em 2003 era de 778 e não 1.004 como havia sido informado.

Em 2004, os contratos Federativos retornaram a Federação das Unimed de Santa Catarina, ação que impactou a Produção Cooperativa Bruta no exercício;

sendo a preservação ambiental, em 2004, a cooperativa realizou as seguintes ações:

• Conversão dos veículos para utilização de Gás Natural Veicular

• Redirecionamento e armazenamento da água da chuva para reutilização nos banheiros da Casa da Gama D' Eça;

• Doação de 92.000 Kg de papel à PROMENOR para reciclagem, cuja produção demandaria a derrubada de 22.000 árvores;

• Aquisição de copos descartáveis com padrão ABNT, reduziu em 25 %, o consumo de copos descartáveis na cooperativa;

Item 6 - Balanço Social da Unimed Florianópolis/2004

Local: site Unimed Florianópolis

4.4 Análise dos Indicadores sociais internos – cooperados

Os indicadores sociais internos referentes aos cooperados representam valores que a cooperativa investiu em: impostos compulsórios (IRRF e INSS), previdência privada,

assistência à saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, sobras distribuídas e/ou capitalizadas e outros benefícios assistenciais referentes aos cooperados.

A seguir, proceder-se-á a interpretação dos números apresentados nos indicadores Sociais internos (demonstrado no Quadro 2) do Balanço Social da Unimed Florianópolis.

	Valor R\$		Valor R\$
	Valor		
	R\$	2003	2002
Indicadores sociais internos - cooperados	2004		
Impostos Compulsórios (IRRF e INSS)	4.895.619	4.843.320	3.904.714
Previdência Privada	0	0	0
Assistência à Saúde	1.214.966	3.497.360	2.345.630
Segurança e Medicina no Trabalho	0	0	0
Educação	145.702	44.922	40.817
Cultura	25.332	11.231	15.306
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	130.458	56.153	45.919
Sobras distribuídas e/ou capitalizadas	0	0	0
Outros Benefícios Assistenciais	0	0	0
Total - Indicadores Sociais Internos - Cooperados	6.412.077	8.452.986	0

Quadro 7 – Indicadores Sociais Internos - cooperados
Fonte: site Unimed Florianópolis

4.4.1 Assistência à saúde

Em 2002 a cooperativa investiu R\$ 2.345.630,00 em assistência à saúde, em 2003 investiu R\$ 3.497.360,00, e em 2004 investiu R\$ 1.214.966,00 em assistência à saúde. Este índice demonstra que a cooperativa está deixando de investir neste indicador, pois em 2004 ela investiu 48,20% menos do que investiu em 2002 e 65,26% menos do que investiu em 2003.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em assistência à saúde dos anos de 2002, 2003 e 2004.

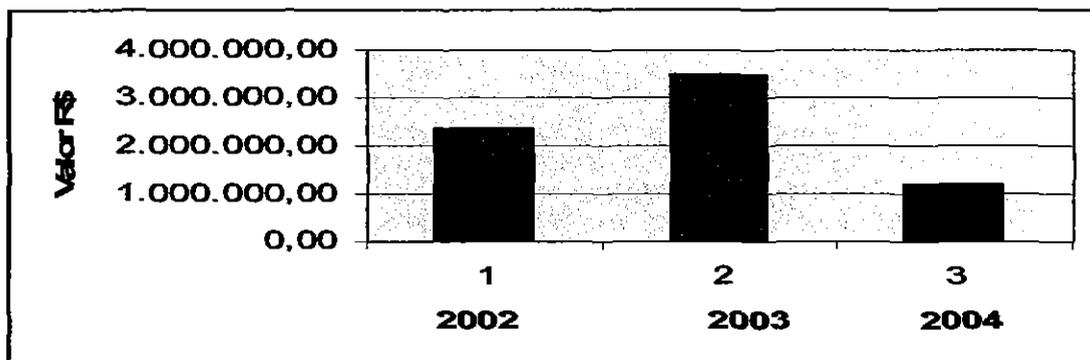


Gráfico 1 – Gráfico comparativo de investimento em assistência à saúde dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.4.2 Segurança e Medicina no Trabalho

A cooperativa não investiu em segurança e medicina no trabalho nos anos analisados, ou seja, anos de 2002, 2003 e 2004 para seus cooperados.

4.4.3 Educação

A cooperativa investiu no ano de 2002 em educação para seus cooperados R\$ 40.817,00, em 2003 R\$ 44.922,00 e em 2004 investiu R\$ 145.702,00 em educação para seus cooperados, conforme está demonstrado no gráfico 2. Estes valores comprovam que a cooperativa está investindo cada ano que passa mais na educação de seus cooperados.

Comparado ao ano de 2002, em 2004 a empresa investiu 256,96% a mais em educação para seus cooperados e se comparado com 2003, a cooperativa investiu 224,34% a mais em 2004.

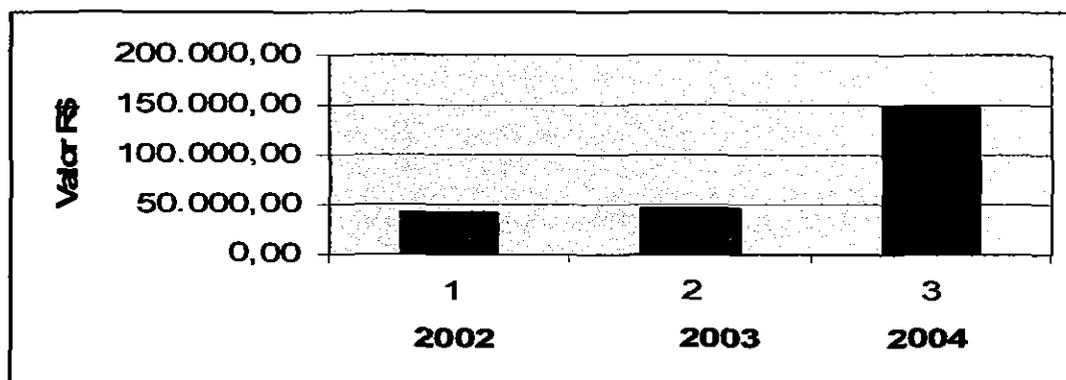


Gráfico 2 – Gráfico comparativo de investimento em educação dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

Os investimentos com educação são referentes a cursos oferecidos aos cooperados.

4.4.4 Cultura

No ano de 2002 a cooperativa investiu R\$ 15.306,00 em cultura para seus cooperados, em 2003 R\$ 11.231,00 e em 2004 investiu R\$ 25.332 em cultura para seus cooperados, conforme está demonstrado no gráfico 3.

Estes números representam um percentual de aumento de 65,50% se comparado os anos de 2002 e 2004, e um percentual de aumento de 125,55% de 2003 para 2004.

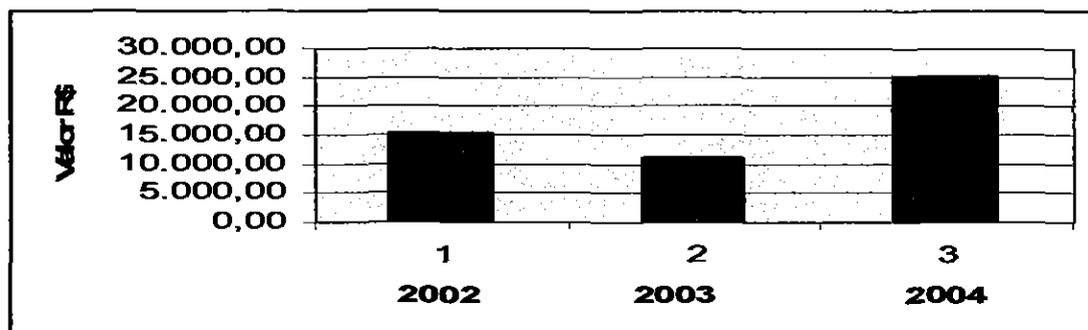


Gráfico 3 – Gráfico comparativo de investimento em cultura dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

Estes investimentos em cultura são referentes a encontros dos cooperados, teatro, assinatura de jornais, revistas, informativos.

4.4.5 Capacitação e desenvolvimento profissional

A cooperativa no ano de 2002 investiu R\$ 45.919,00 em capacitação e desenvolvimento profissional, em 2003 R\$ 56.153,00 e em 2004 investiu R\$ 130.458,00.

Estes valores comprovam que a cooperativa se preocupa com a capacitação e desenvolvimento profissional de seus cooperados, pois a cada ano ela investe mais.

Se comparado o ano de 2004 aos anos de 2002 e 2003 a cooperativa investiu 184,10% de 2002 para 2004 e 132,33% de 2003 para 2004.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em capacitação e desenvolvimento profissional para os cooperados dos anos de 2002, 2003 e 2004.

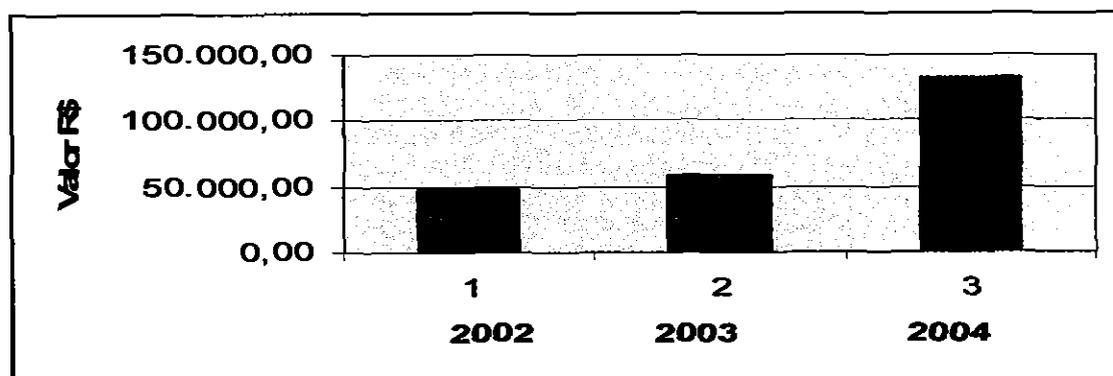


Gráfico 4 – Gráfico comparativo de investimento em capacitação e desenvolvimento profissional dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

Este investimento destinado à capacitação e desenvolvimento profissional dos cooperados é referente a seminários e cursos.

4.5 Análise dos indicadores sociais internos – colaboradores

Os indicadores sociais internos referentes aos colaboradores representam valores que a cooperativa investiu em: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, assistência à saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos resultados e outros benefícios assistenciais referentes a seus colaboradores.

A seguir, proceder-se-á a interpretação dos números apresentados nos indicadores sociais internos (demonstrado no Quadro 3) do Balanço Social da Unimed Florianópolis.

	Valor R\$ 2004	Valor R\$ 2003	Valor R\$ 2002
Indicadores sociais internos - colaboradores			
Alimentação	1.009.410	895.229	739.675
Encargos Sociais Compulsórios	2.730.194	2.224.794	1.967.266
Previdência Privada	0	0	0
Assistência à Saúde	347.622	380.170	381.209
Segurança e Medicina no Trabalho	3.446	1.490	2.265
Educação	8.438	67.384	66.328
Cultura	0	0	0
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	122.682	44.922	35.715
Creches ou auxílio-creche	42.456	33.125	35.595
Participação nos Resultados	0	0	0
Outros Benefícios Assistenciais	297.330	244.296	197.058
Total - Indicadores Sociais Internos - Colaboradores	4.561.578	3.891.410	3.425.111

Quadro 8 – Indicadores Sociais Internos - colaboradores
Fonte: site Unimed Florianópolis

4.5.1 Alimentação

No ano de 2002 a cooperativa investiu R\$ 739.675,00 em alimentação para seus colaboradores, em 2003 R\$ 895.229,00 e em 2004 investiu R\$ 1.009.410,00, conforme

está demonstrado no gráfico 5. Se comparados os anos de 2002 e 2004 este índice aumentou 36,47% e de 2003 para 2004 aumentou 12,75%.

Este investimento destinado à alimentação é referente ao vale alimentação e ao lanche oferecido na cooperativa.

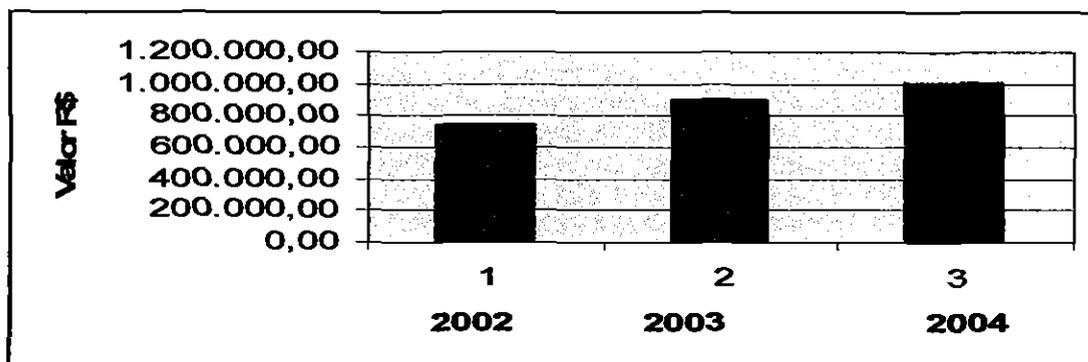


Gráfico 5 – Gráfico comparativo de investimento em alimentação dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.5.2 Previdência privada, cultura e participação nos resultados

A cooperativa nos anos analisados (2002, 2003 e 2004) não investiu nas categorias de previdência privada, cultura e na participação nos resultados para seus colaboradores.

4.5.3 Assistência saúde

No ano de 2002 a cooperativa investiu R\$ 381.209,00 em assistência saúde, em 2003 investiu R\$ 380.170,00 e em 2004 investiu R\$ 347.662,00 em assistência saúde para seus colaboradores.

Estes valores diminuíram ao longo do período. De 2002 para 2004 diminuiu 8,80% e de 2003 para 2004, 8,55%, conforme está demonstrado no gráfico a seguir.

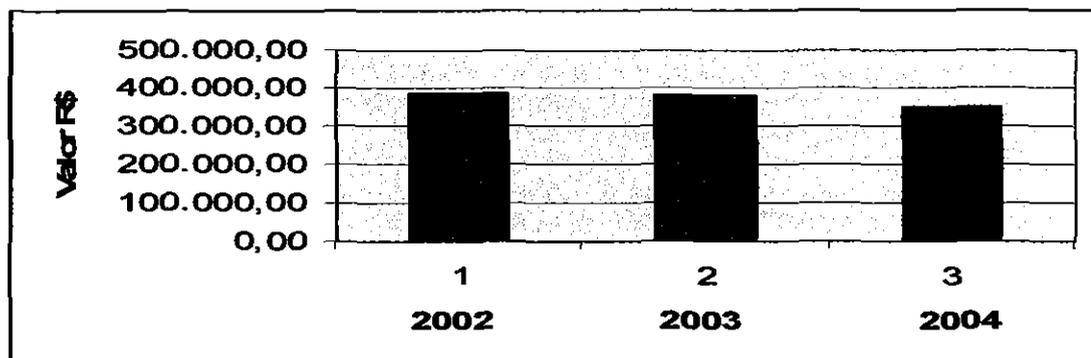


Gráfico 6 – Gráfico comparativo de investimento a assistência saúde dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.5.4 Segurança e Medicina no Trabalho

A cooperativa investiu no ano de 2002 em segurança e medicina no trabalho R\$ 2.265,00, em 2003 investiu R\$ 1.490,00 e em 2004 investiu R\$ 3.446,00. De 2002 para 2004 a cooperativa aumentou seu investimento em segurança e medicina no trabalho em 52,14% e de 2003 para 2004 houve um aumento no investimento de 131,28% de investimento.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em segurança e medicina no trabalho nos anos de 2002, 2003 e 2004.

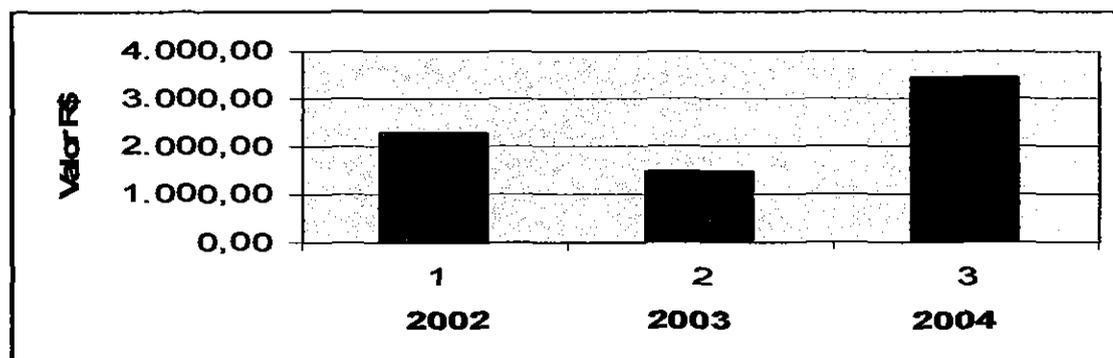


Gráfico 7 – Gráfico comparativo de investimento em segurança e medicina no trabalho dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.5.5 Educação

Em 2002 a cooperativa investiu em educação para os colaboradores R\$ 66.328,00, em 2003 R\$ 67.384,00 e em 2004 foram R\$ 8.438,00, conforme está demonstrado no gráfico 8. Este índice não é bom para a cooperativa, de 2002 para 2003 a cooperativa aumentou 1,59% seus investimentos, porém de 2003 para 2004 houve uma diminuição drástica de 87,28%.

Este investimento com educação para os colaboradores são referentes a cursos voltados a determinadas áreas voltadas para melhoria da parte operacional da cooperativa.

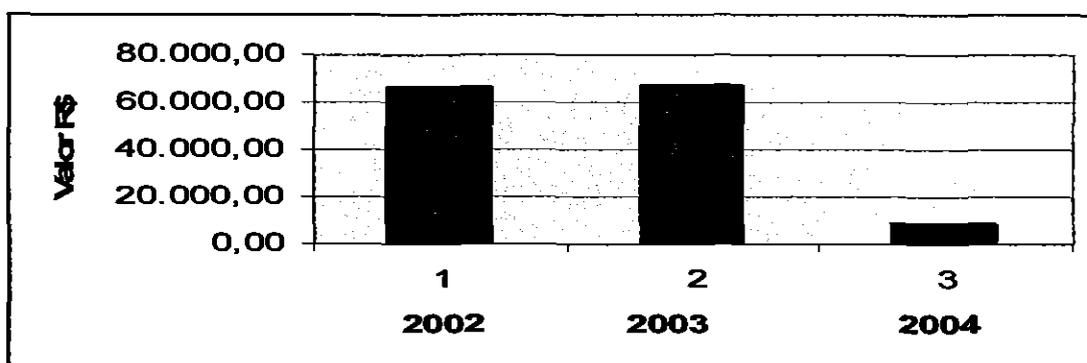


Gráfico 8 – Gráfico comparativo de investimento em educação dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.5.6 Capacitação e desenvolvimento profissional

Em 2002 a cooperativa investiu R\$ 35.715,00 em capacitação e desenvolvimento profissional para seus colaboradores, em 2003 investiu R\$ 44.922,00 e em 2004 foram R\$ 122.682,00, conforme demonstrado no gráfico 9. Desta forma, houve um aumento no investimento de 243,50%, de 2002 para 2004 e 173,10% de aumento de 2003 para 2004, no quesito capacitação e desenvolvimento profissional.

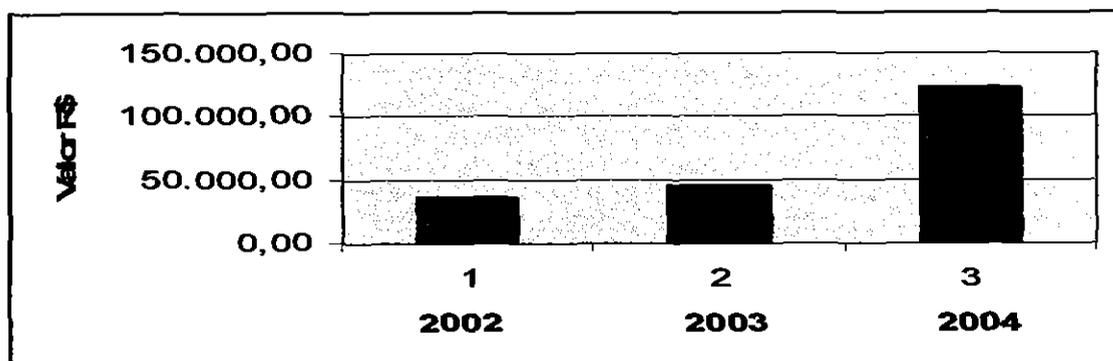


Gráfico 9 – Gráfico comparativo de investimento em capacitação e desenvolvimento profissional dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.5.7 Creches e auxílio-creche

A cooperativa no ano de 2002 investiu em creches e auxílio-creche para seus colaboradores R\$ 35.595,00, em 2003 investiu R\$ 33.125,00 e em 2004 foram R\$ 42.456,00. De 2002 para 2004 este investimento aumentou 19,28% e de 2003 para 2004, aumentou 28,17%.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em creches e auxílio-creche dos anos de 2002, 2003 e 2004.

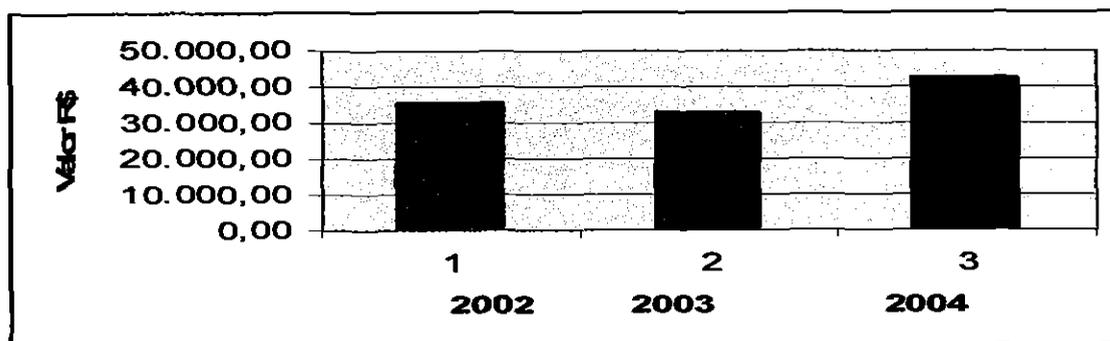


Gráfico 10 – Gráfico comparativo de investimento em creches e auxílio-creche dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.5.8 Outros benefícios assistenciais

A cooperativa investiu em outros benefícios assistenciais para seus colaboradores. No ano de 2002 foram R\$ 197.058,00, no ano de 2003, R\$ 244.296,00 e em 2004 investiu R\$ 297.330,00. Desta forma, de 2002 a 2004 a cooperativa apenas vem aumentando seus investimentos em outros benefícios assistenciais para seus colaboradores.

De 2002 para 2004 a cooperativa aumentou seus investimentos em outros benefícios assistenciais para seus colaboradores em 50,88% e de 2003 para 2004 este aumento foi de 21,71%.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em outros benefícios assistenciais dos anos de 2002, 2003 e 2004.

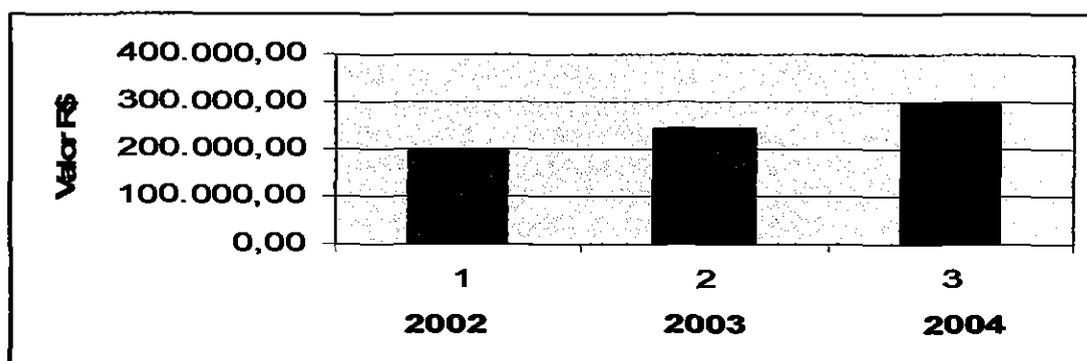


Gráfico 11 – Gráfico comparativo de investimento em outros benefícios assistenciais dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.6 Análise dos Indicadores sociais externos

Os indicadores sociais externos representam valores que a empresa investiu em educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e Segurança Alimentar ou seja, contribuições feitas em prol da sociedade.

A seguir, proceder-se-á a interpretação dos números apresentados nos indicadores sociais externos (demonstrados no Quadro 4) do Balanço Social da Unimed Florianópolis.

	Valor		Valor
	RS	RS	
Indicadores sociais externos	2004	2003	2002
Educação	58.900	42.991	27.130
Cultura	9.000	7.800	4.922
Saúde e Saneamento	13.509	38.195	24.104
Esporte	0	0	0
Combate à fome e Segurança Alimentar		26.801	20.217
Outros gastos sociais externos	70.487	30.789	19.430
Total - Contribuições para a sociedade	151.896	146.576	95.803
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.705.958	3.137.099	2.289.985
Total - Indicadores Sociais Externos	3.857.854	3.283.675	2.385.789

Quadro 9 – Indicadores Sociais Externos
Fonte: site Unimed Florianópolis

4.6.1 Educação

Em 2002 a cooperativa investiu R\$ 27.130,00 em educação, em 2003 investiu R\$ 42.991,00, e em 2004 investiu R\$ 58.900,00 em educação, sendo que a proporção dos investimentos totais dos indicadores sociais externos referentes às contribuições para a sociedade em relação à educação foram os seguintes nos referidos anos, em 2002 de 28,32% , em 2003 de 29,33% e em 2004 38,77%. Isto demonstra que a cada ano a cooperativa se preocupa cada vez mais com a educação, conforme está demonstrado no gráfico 12.

Se comparado o ano de 2002 ao de 2004 houve um aumento no investimento de 117,10% e de 2003 para 2004 houve um aumento de 37,01% no investimento na educação.

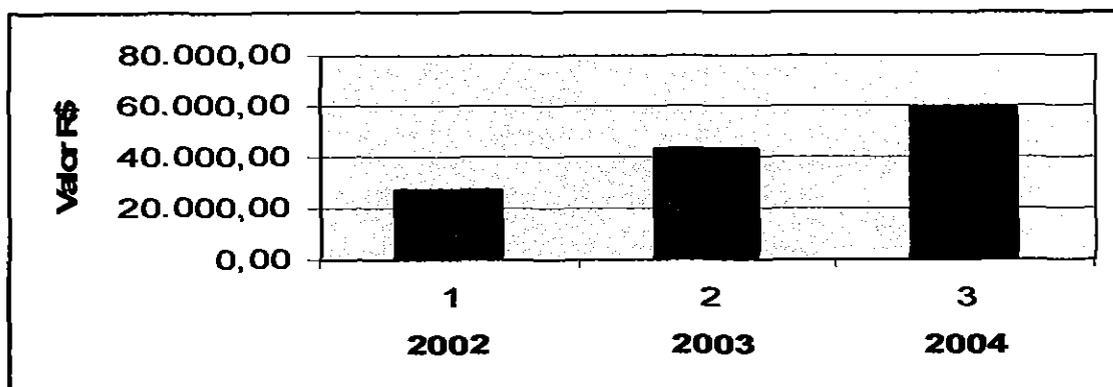


Gráfico 12 – Gráfico comparativo de investimento em educação dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.6.2 Cultura

Em 2002 a cooperativa investiu R\$ 4.922,00, em 2003 investiu R\$ 7.800,00, já em 2004 a empresa investiu em cultura R\$ 9.000,00, a proporção dos investimentos totais dos indicadores sociais externos referentes às contribuições para a sociedade em relação à cultura foram os seguintes, nos referidos anos, em 2002 equivalente à 5,14%, em 2003 de 5,32% e em 2004 de 5,93%.

Estes índices indicam que assim como na educação, na cultura a cooperativa também aumenta seus investimentos a cada ano.

E se comparado o ano de 2002 com 2004 houve um aumento de 82,85% e de 2003 para 2004 houve um aumento de 15,38%.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em cultura dos anos de 2002, 2003 e 2004.

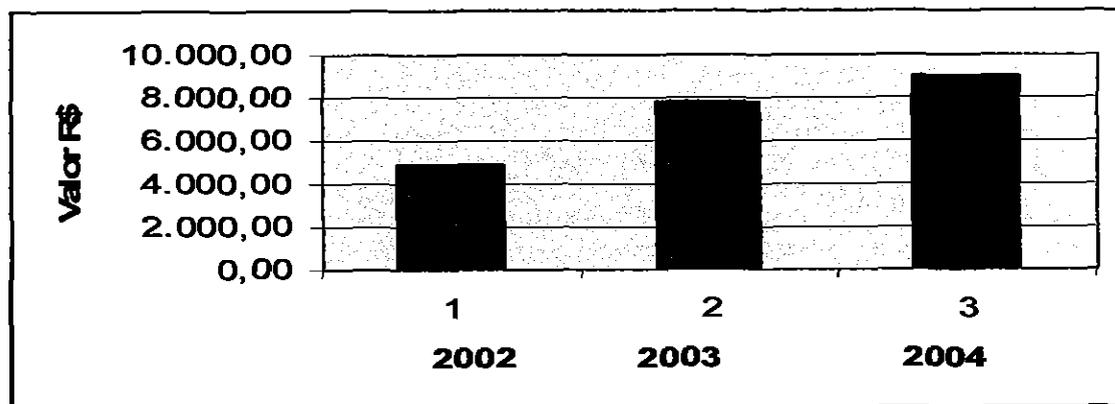


Gráfico 13 – Gráfico comparativo de investimento em cultura dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.6.3 Saúde e Saneamento

Em 2002 a cooperativa investiu R\$ 24.104,00 em saúde e saneamento, em 2003 investiu R\$ 38.195,00, e em 2004 reduziu o valor dos investimentos em saúde e saneamento para R\$ 13.509,00, ou seja, uma queda de 64,63% em relação ao ano de 2003, sendo que a proporção dos investimentos totais dos indicadores sociais externos referentes às contribuições para a sociedade em relação à saúde e saneamento eram os seguintes nos referidos anos, sendo em 2002 representado por 25,16%, em 2003 por 26,06%, em 2004 por 8,89%.

Estes índices não são bons, pois a cooperativa está deixando de investir em saúde e saneamento que fazem parte das necessidades básicas de qualquer ser humano.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em saúde e saneamento dos anos de 2002, 2003 e 2004.

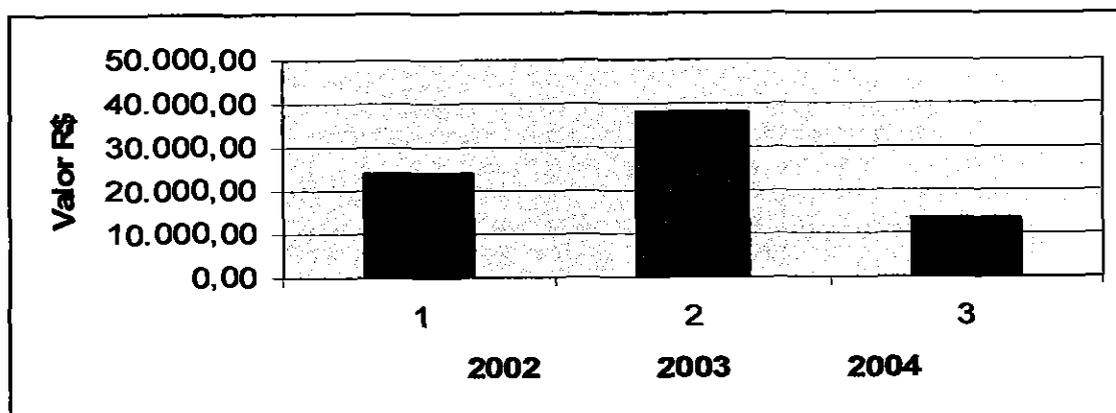


Gráfico 14 – Gráfico comparativo de investimento em saúde e saneamento dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.6.4 Esporte

A cooperativa não investiu em esporte nos anos de análise, ou seja, nos anos de 2002, 2003 e 2004. A cooperativa precisa começar a investir em esporte, pois o esporte contribui para o bem estar das pessoas.

4.6.5 Combate à fome e segurança alimentar

No ano de 2002 a cooperativa investiu R\$ 20.217,00 no combate à fome e Segurança Alimentar, no ano de 2003 a cooperativa investiu R\$ 26.801,00 e em 2004, como consta no Balanço Social, a empresa não investiu no combate à fome e Segurança Alimentar. De 2002 para 2003 houve um aumento no investimento de 32,57%. A proporção dos investimentos totais dos indicadores sociais externos referentes às contribuições para a sociedade em relação ao combate à fome e Segurança Alimentar eram os seguintes nos referidos anos: 21,10% em 2002, 18,28% em 2003, e em 2004 não houve investimento.

Estes índices são péssimos para a cooperativa, assim como no esporte, a cooperativa não está realizando investimentos nesta área.

O gráfico a seguir mostra a comparação de investimento em combate à fome e segurança alimentar dos anos de 2002, 2003 e 2004.

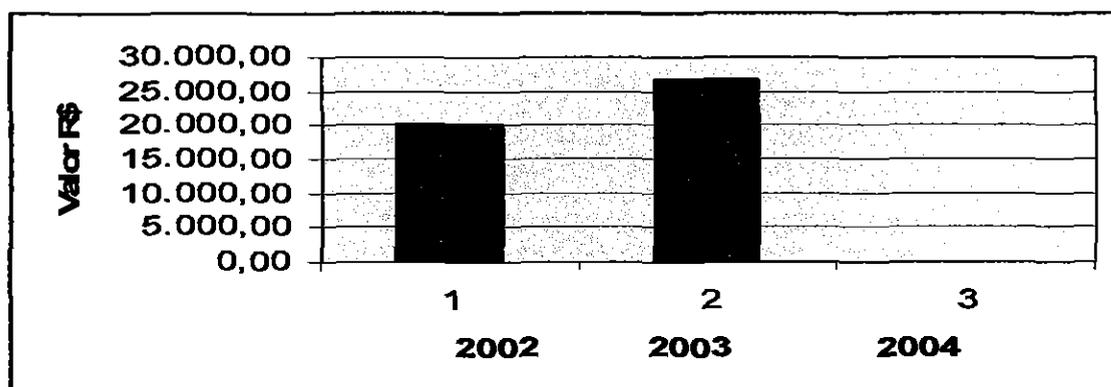


Gráfico 15 – Gráfico comparativo de investimento em combate à fome e segurança alimentar dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.6.6 Outros gastos sociais externos

Em 2002 a cooperativa investiu em outros gastos sociais externos R\$ 19.430,00, em 2003 investiu R\$ 30.789,00, já em 2004 foram R\$ 70.487,00, conforme está demonstrado no gráfico 16. A proporção dos investimentos totais dos indicadores sociais externos referentes às contribuições para a sociedade em relação aos outros gastos sociais externos eram os seguintes nos referidos anos, sendo em 2002 de 20,28%, em 2003 de 21%, em 2004 representaram 46,40%.

De 2002 para 2004 houve um investimento de 262,77%, e de 2003 para 2004 houve um crescimento de 128,94%.

Estes índices são bons, pois representam crescimento de investimentos em outros gastos, em contribuição à sociedade.

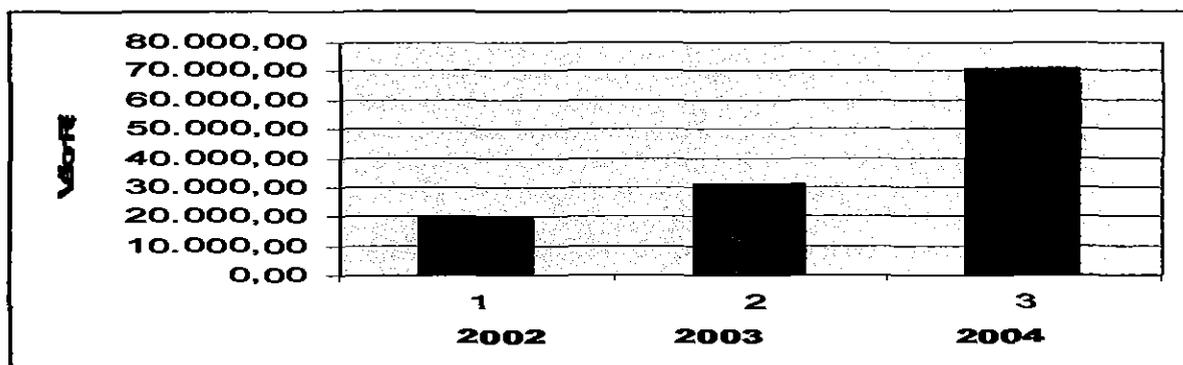


Gráfico 16 – Gráfico comparativo de investimento em combate à fome e segurança alimentar dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.7 Análise dos indicadores ambientais

Os indicadores ambientais do Balanço Social indicam os investimentos relacionados a questões ambientais que a cooperativa desenvolveu ao longo dos anos.

A seguir, proceder-se-á a interpretação dos números apresentados nos indicadores Ambientais (demonstrado no Quadro 5) do Balanço Social da Unimed Florianópolis.

	2004	2003	2002
5) Indicadores ambientais			
Investimentos relacionados com a operação da cooperativa	6.430	23.900	0
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	6.430	23.900	0
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a cooperativa:			
1. Não possui metas			
2. Cumpre de 0 a 50%			
3. Cumpre de 51 a 75%	3	3	2
4. Cumpre de 76 a 100%			

Quadro 10 – Indicadores Ambientais

Fonte: site Unimed Florianópolis

4.7.1 Investimentos relacionados com a operação da cooperativa

Em 2002 a cooperativa não fez investimentos relacionados com a operação da cooperativa, em 2003 a cooperativa fez investimento de R\$ 23.900,00 e, em 2004 a cooperativa investiu R\$ 6.430,00, conforme está demonstrado no gráfico 17.

De 2003 para 2004 houve uma diminuição no investimento de investimentos relacionados com a operação da cooperativa de 73,10%.

Este investimento de 2004 foi referente às seguintes ações: conversão dos veículos para utilização de Gás Natural Veicular, redirecionamento e armazenamento da água da chuva para reutilização nos banheiros da Casa da Gama D'Eça, Doação de 92.000 kg de papel à Promenor para reciclagem, cuja produção demandaria a derrubada de 22.000 árvores, aquisição de copos descartáveis com padrão ABNT e redução do consumo de copos descartáveis na cooperativa.

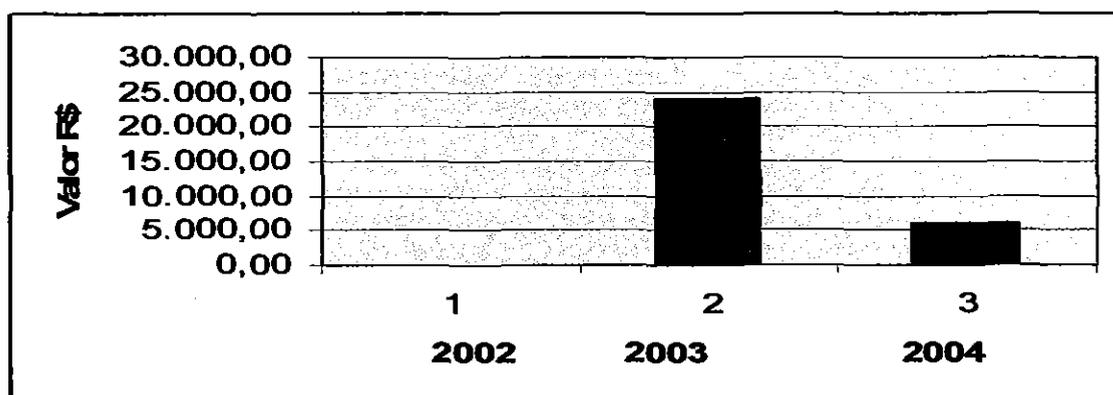


Gráfico 17 – Gráfico comparativo de investimento em investimentos relacionados com a operação da cooperativa dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.7.2 Investimentos em programas e/ou projetos externos

A cooperativa não investiu em programa e/ou projetos externos nos anos analisados. Isto é um dado negativo para a imagem da cooperativa, pois projetos e/ou programas referentes a questões ambientais poderiam ajudar mais ainda na qualidade de vida da sociedade.

4.7.3 Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.

Em 2002, a cooperativa cumpriu de 0 a 50% , em 2003 e 2004 cumpriu de 51% a 75%.

O ideal seria a cooperativa estar no índice 4, ou seja, cumprir de 76 a 100% do estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.

4.8 Análise dos indicadores do cooperado

Este indicador demonstra o número de cooperados no ano, o número de cooperados ativos, números de cooperados com 45 anos ou mais, e o número de cooperados do sexo feminino.

A seguir, proceder-se-á a interpretação dos números apresentados nos indicadores do cooperado (demonstrado no Quadro 6) do Balanço Social da Unimed Florianópolis.

2004 2003 2002

Indicadores do cooperado

	2004	2003	2002
Total de cooperados	1.475	1.441	1.349
Total de cooperados ativos	1.475	1.441	1.349
Cooperados com 45 anos ou mais	822	778	951
Cooperados do sexo feminino	453	437	431

Quadro 11 – Indicadores do cooperado

Fonte: site Unimed Florianópolis

4.8.1 Cooperados e cooperados ativos

O total de cooperados e cooperados ativos nos seguintes anos foram os mesmos, sendo 1.349 cooperados em 2002, 1.441¹ em 2003 e 1.475 em 2004, conforme está demonstrado no gráfico 18.

De 2002 para 2004 houve um aumento de 9,34% no número de cooperados e de 2003 para 2004 houve um aumento de 2,36%.

Este índice indica que, na cooperativa, a cada ano que passa mais cooperados passam a fazer parte, e todos os que são cooperados continuam na atividade.

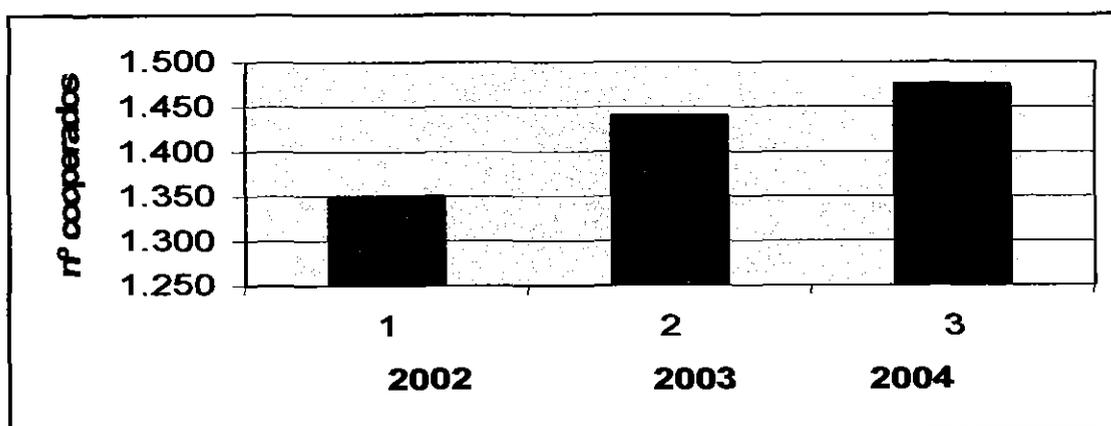


Gráfico 18 – Gráfico comparativo de cooperados e cooperados ativos dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

¹ Este índice é referente à retificação do Balanço Social de 2004.

4.8.2 Cooperados com 45 anos ou mais

Em 2002 eram 951 o número de cooperados com 45 anos ou mais, em 2003 este número reduziu para 778² e em 2004 o número de cooperados com 45 anos ou mais aumentou para 822, sendo que representavam em 2002 um percentual de 70,50%, em 2003 de 53,99% e em 2004 de 55,73% dos cooperados.

O gráfico a seguir mostra a comparação do número de cooperados e cooperados ativos dos anos de 2002, 2003 e 2004.

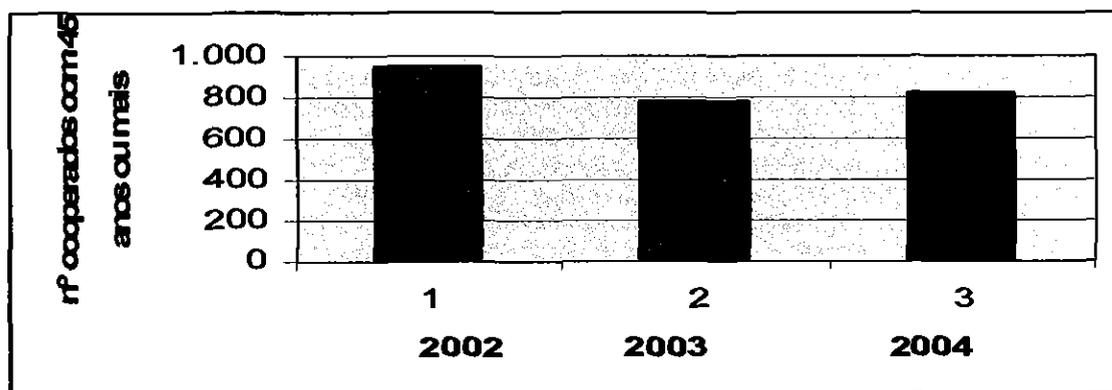


Gráfico 19 – Gráfico comparativo de cooperados com 45 anos ou mais dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.8.3 Cooperados do sexo feminino

Em 2002 o número de cooperados do sexo feminino era de 431, em 2003 de 437 e em 2004 este número aumentou para 453, conforme está demonstrado no gráfico 20. Estes números representam 31,95% em 2002, 30,33% em 2003 e 30,71% em 2004 o percentual de cooperados do sexo feminino.

² Este índice é referente à retificação do Balanço Social de 2004.

De 2002 para 2004 o número de cooperados do sexo feminino aumentou 5,10% e de 2003 para 2004 aumentou 3,66%.

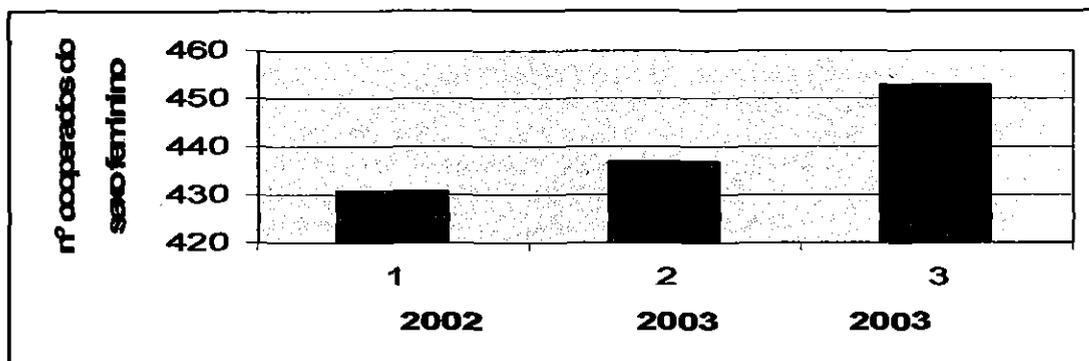


Gráfico 20 – Gráfico comparativo de cooperados do sexo feminino dos anos de 2002, 2003 e 2004.
Fonte: dados da pesquisa.

4.9 Análise dos Indicadores do corpo funcional

Como a principal função de um balanço social é tornar pública a responsabilidade social de uma organização, uma parte que seria indispensável para este tipo de balanço pode ser a parte que comporta os indicadores sociais e os indicadores do corpo funcional.

Esses indicadores mostram dados sobre empregados da empresa, que permite ao usuário externo avaliar a política que a empresa utiliza na hora da contratação do pessoal e o que faz para o bem-estar dos mesmos.

Por intermédio desses indicadores, é possível tornar conhecimento sobre praticamente todas as informações relativas a esse ser tão importante para uma organização – o empregado.

Os indicadores do corpo funcional apresentam e quantificam o pessoal de uma organização. Ao serem publicados todos os anos, permitem à sociedade acompanhar e analisar a evolução da política de recursos humanos utilizada.

A seguir, proceder-se-á a interpretação dos números apresentados nos indicadores do corpo funcional (demonstrado no Quadro 7) do Balanço Social da Unimed Florianópolis.

	2004	2003	2002
7) Indicadores do corpo funcional			
Nº de colaboradores ao final do período	335	272	276
Nº de colaboradores admitidos durante o período	87	11	24
Nº de colaboradores terceirizados	41	41	30
Nº de estagiários	33	34	37
Nº de colaboradores com 45 anos ou mais	22	20	14
Nº de mulheres que trabalham na cooperativa	192	173	167
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	61%	60%	60%
Nº de negros que trabalham na empresa	12	11	7
% de cargos de chefia ocupados por negros	0%	4%	4%
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	6	5	4

Quadro 12 – Indicadores do Corpo Funcional

Fonte: *site* Unimed Florianópolis

4.9.1 Número de colaboradores ao final do período

Em 2002 eram 276 o número de colaboradores, em 2003 o número de colaboradores reduziu para 272 e em 2004 este número aumentou para 335, ou seja, aumentou 23,16% em relação ao ano de 2003.

O gráfico a seguir mostra a comparação do número de colaboradores ao final do período dos anos de 2002, 2003 e 2004.

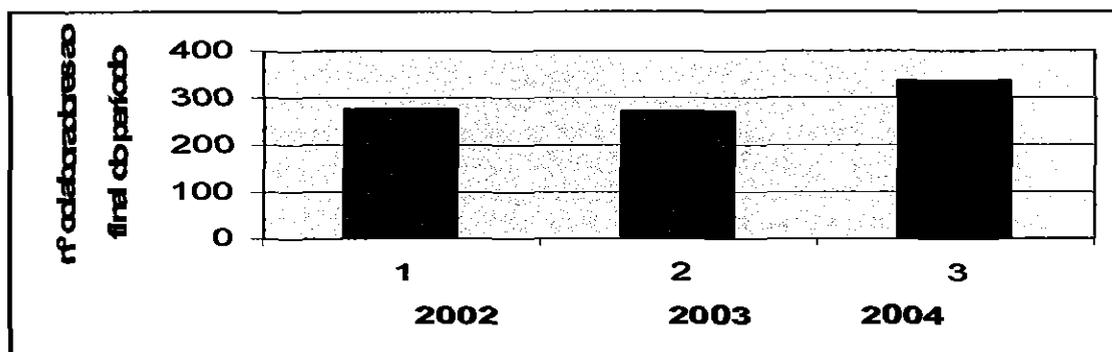


Gráfico 21 – Gráfico comparativo do número de colaboradores ao final do período dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.9.2 Número de colaboradores admitidos durante o período

Em 2002 a cooperativa admitiu 24 colaboradores, em 2003 admitiu 11 e em 2004 o número de colaboradores admitidos foram 87, conforme está demonstrado no gráfico 22. Se comparados os anos de 2002 e 2004 houve um crescimento de 262,50% no número de colaboradores admitidos e se comparados os anos de 2003 e 2004 houve um aumento de 690,91%.

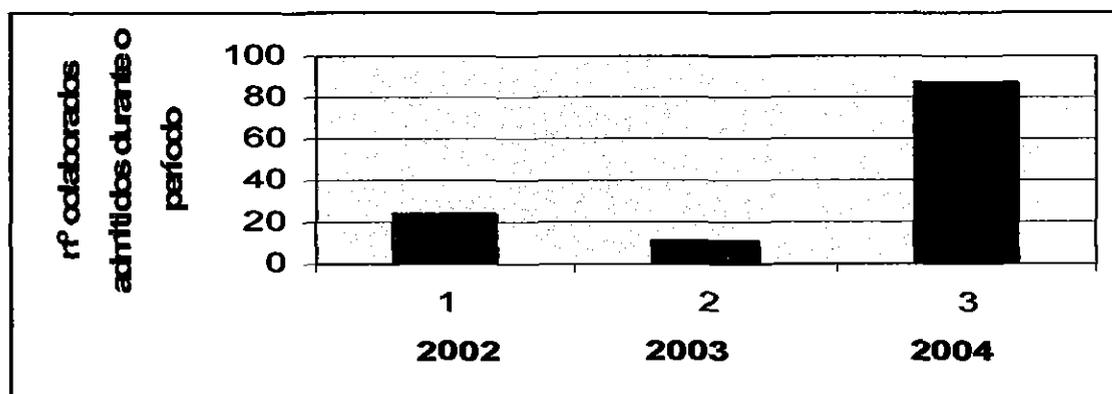


Gráfico 22 – Gráfico comparativo do número de colaboradores admitidos durante o período dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.9.3 Número de colaboradores terceirizados

O número de colaboradores terceirizados era de 30 em 2002, e em 2003 e 2004 este número foi o mesmo, ou seja, 41 colaboradores terceirizados. Se comparado 2002 com 2003 e 2004 houve um aumento de 36,67% de colaboradores terceirizados na cooperativa.

4.9.4 Número de estagiários

O número de estagiários em 2002 na cooperativa era de 37, em 2003 passou para 34 e em 2004 baixou para 33, conforme está demonstrado no gráfico 23.

De 2002 para 2004 houve uma diminuição de 10,81% no número de estagiários e de 2003 para 2004 de 2,94%.

Houve uma redução desse índice nos três anos analisados.

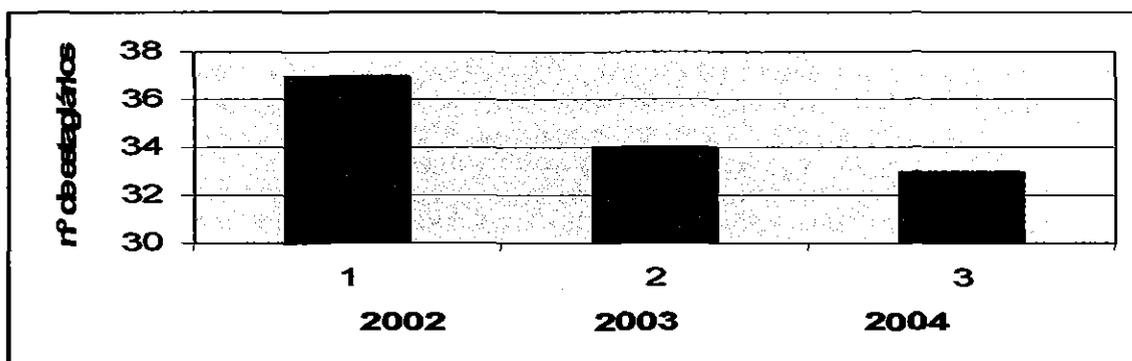


Gráfico 23 – Gráfico comparativo do número de colaboradores ao final do período dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.9.5 Número de colaboradores com 45 anos ou mais

Em 2002 o número de colaboradores com 45 anos ou mais era 14, em 2003 passou para 20 e em 2004 subiu para 22, conforme está demonstrado no gráfico 24. Houve um aumento de 57,14% no número de colaboradores com 45 anos ou menos de 2002 para o ano de 2004 e 10% de aumento do ano de 2003 para 2004.

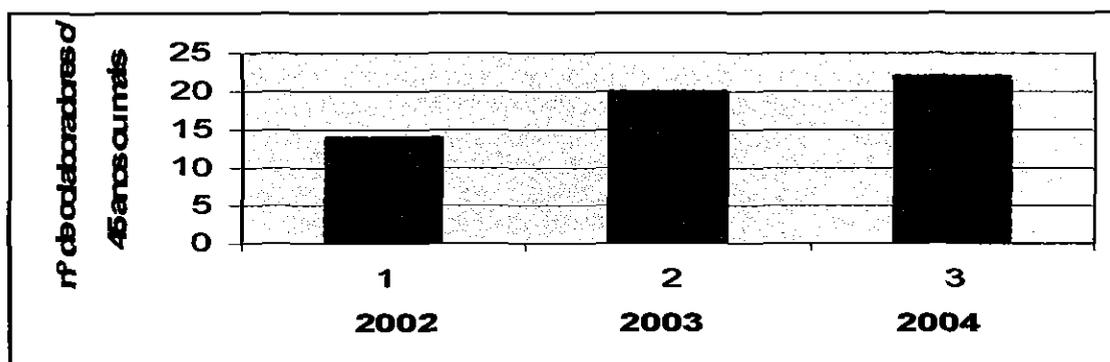


Gráfico 24 – Gráfico comparativo do número de colaboradores com 45 anos ou mais dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.9.6 O número de mulheres que trabalham na cooperativa

Em 2002 o número de mulheres que trabalhavam na cooperativa era 167 em 2003 passou para 173 mulheres e em 2004 para 192 mulheres. Houve um aumento de 14,97% de 2002 para 2004 e 10,98% de 2003 para 2004

Este índice confirma que cada vez mais as mulheres estão fazendo parte do mercado de trabalho.

O gráfico a seguir mostra a comparação do número de mulheres que trabalham na cooperativa dos anos de 2002, 2003 e 2004.

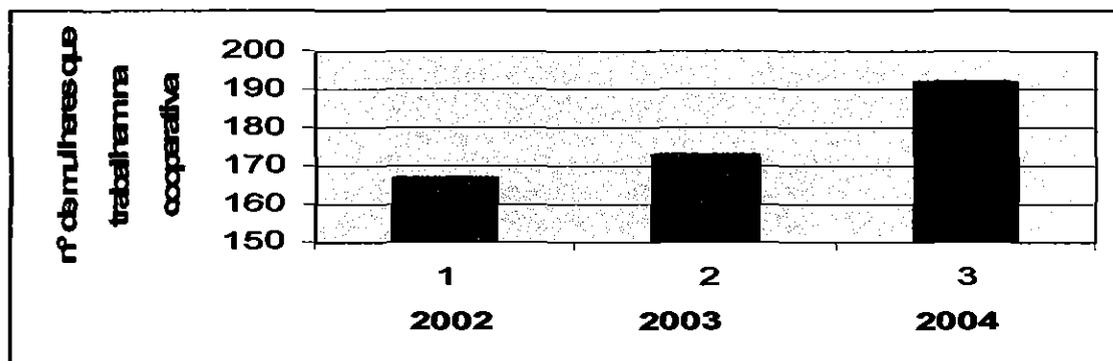


Gráfico 25 – Gráfico comparativo do número de mulheres que trabalham na cooperativa dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.9.7 % de cargos de chefia ocupados por mulheres

Em 2002 era de 60% o cargo de chefia ocupado por mulheres, em 2003 este índice se manteve estável e em 2004 aumentou 1%.

4.9.8 Número de negros(as) que trabalham na cooperativa e % de cargos ocupados por negros (as)

Em 2002 o número de negros(as) era de 7, em 2003 o número de negros(as) aumentou para 11 empregados, sendo que em 2004 este número passou para 12, conforme está demonstrado no gráfico 26.

Assim, de 2002 para 2004 houve um aumento de 71,43% no número de negros(as) na cooperativa, sendo que em 2002 e 2003, 4% dos cargos de chefia era ocupados por negros(s), e em 2004 nenhum negro(a) ocupou cargo de chefia.

Este indicador é importantíssimo, pois os clientes mais exigentes usam essa informação para verem se a política empregatícia discrimina pessoas, se a empresa se importa com cor, raça ou até mesmo religião.

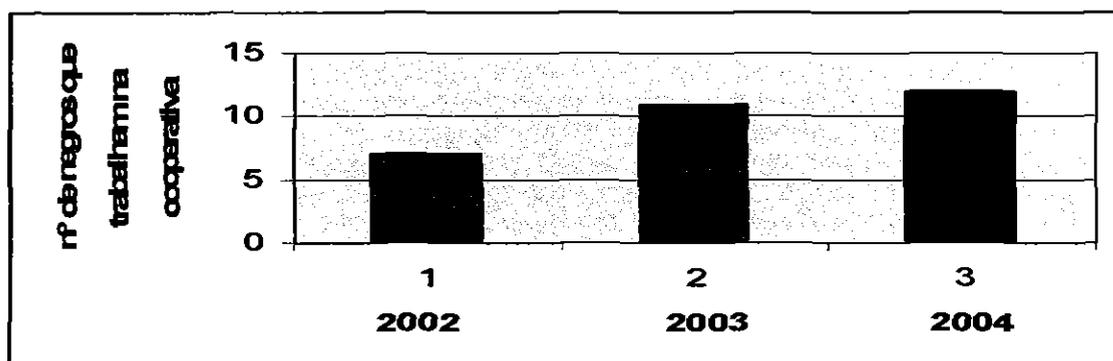


Gráfico 26 – Gráfico comparativo do número de negros que trabalham na cooperativa dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Fonte: dados da pesquisa.

4.9.9 Número de portadores de deficiência ou necessidades especiais

Em 2002 o número de portadores de deficiência ou necessidades especiais era de 4 colaboradores, em 2003 este número passou para 5 e em 2004 para 6.

Este índice é bom para a cooperativa, pois significa que a cooperativa dá oportunidade para pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais.

Com base nos indicadores apresentados, pode-se destacar que o principal investimento em todos os anos analisados no Balanço Social da cooperativa foi nos indicadores sociais internos para os cooperados.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo são apresentadas as conclusões sobre a pesquisa realizada, bem como são feitas recomendações para a empresa e sugestões para trabalhos futuros, visando aprimorar o tema desta pesquisa.

Torna-se crescente a necessidade da empresa em divulgar com transparência e qualidade, as ações desenvolvidas para o bem-estar social.

Até o momento, as demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas atendiam às necessidades de seus fornecedores, investidores e acionistas, limitando-se apenas aos aspectos econômico-financeiros.

Porém, diante das exigências de um mercado globalizado, que a cada dia conta com mais e mais consumidores que prezam pela qualidade dos produtos e serviços e pela transparência das atitudes empresariais, torna-se necessário mudar a concepção quanto às informações divulgadas pelas Entidades.

A empresa que quiser manter-se no mercado deverá movimentar-se no sentido de prover ações concernentes ao bem estar comum, e não somente isto, como também demonstrá-las a sociedade a fim de justificar sua existência.

O Balanço Social veio ao encontro das necessidades desses novos usuários, demonstrando de forma clara e sucinta, os investimentos de caráter social realizados pela empresa e sua atuação em benefício da sociedade em que está instalada.

Além de demonstrar a transparência da administração, o Balanço Social serve de ferramenta de informação e gestão, oferece dados que demonstram quais metas estão sendo cumpridas e qual será o foco de concentração de investimentos futuros; é a via de ligação entre o executor da ação social e seus beneficiários, e como tal fortalece o diálogo

social entre trabalho e capital e permite que os resultados sejam compartilhados, tanto para o público interno como externo.

Um Balanço Social é dividido em partes, chamadas de indicadores. Existem os indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais, outras informações relevantes quanto ao exercício de cidadania da empresa, os indicadores de corpo funcional, e outros. Alguns destes indicadores são objeto de estudo neste trabalho.

Os indicadores de Balanço Social dizem respeito aos funcionários de uma organização, de sua contribuição para a sociedade e são muito importantes, pois têm como objetivo demonstrar as políticas aplicadas ao quadro de pessoal, apresentando informações relevantes em várias categorias, para fins de comparação.

Um aspecto que deve ser cuidado é o de apresentar neste e nos demais quadros de indicadores somente as informações realmente verdadeiras e que possam ser comprovadas.

Na busca dos objetivos propostos no início do trabalho, esta monografia apresentou as características da responsabilidade social e do Balanço Social, assim como também mostrou na prática alguns indicadores de um Balanço Social.

Os indicadores analisados foram: indicadores sociais internos – cooperados, indicadores sociais internos – colaboradores, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do cooperado e indicadores do corpo funcional.

Em relação ao caso prático, conclui-se que a cooperativa em todos os anos de análise investiu mais recursos no indicador social interno para os cooperados.

Dentre os indicadores sociais internos para os cooperados os que mais se destacaram foram à educação e a capacitação e desenvolvimento profissional, sendo que o fator educação teve um aumento de 256,96% do ano de 2002 para 2004; e a capacitação e

desenvolvimento profissional teve um aumento de 184,10% de 2002 para 2004 e 132,33% de 2003 para 2004.

Ao analisar os indicadores sociais internos destinados aos colaboradores, os fatores que mais se destacaram também foram à educação e a capacitação e o desenvolvimento profissional, porém a cooperativa diminuiu seus investimentos em educação e aumentou em capacitação e desenvolvimento profissional. Na educação a cooperativa aumentou 1,59% seus investimentos de 2002 para 2004, porém de 2003 para 2004 houve uma diminuição de 87,28% neste investimento.

Com relação aos indicadores sociais externos, os fatores que se destacaram foram o investimento em saúde e saneamento e outros gastos sociais externos, sendo que em saúde e saneamento a cooperativa investiu 64,63% menos em 2004 do que investiu em 2003, e nos outros gastos sociais externos houve um aumento no investimento de 2002 para 2004 de 262,77% e de 2003 para 2004 houve um crescimento de 128,94%.

Nos indicadores ambientais o único investimento que a cooperativa faz são referentes a investimentos relacionados com a operação da cooperativa, sendo que em 2002 a cooperativa não investiu, e de 2003 para 2004 houve uma diminuição no investimento de 71,10%. Quanto aos estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais a cooperativa cumpre pelo menos 50% todos os anos.

Analisando os indicadores do cooperado o que se observou foi que o número de cooperados e cooperados ativos da cooperativa são sempre os mesmos nos anos analisados, e que os cooperados com 45 anos ou mais representavam em 2002 um percentual de 70,50%, em 2003 de 53,99% e em 2004 de 55,73% dos cooperados. Os

cooperados do sexo feminino representavam 31,95% em 2002, 30,33% em 2003 e 30,71% em 2004.

Por último, realizou-se a análise dos indicadores do corpo funcional, da qual se pode destacar: o número de colaboradores admitidos durante o período, número de mulheres que trabalham na cooperativa e o percentual de cargos de chefia ocupados por negros.

De 2002 para 2004 houve um crescimento de 262,50% no número de colaboradores admitidos e de 2003 para 2004 houve um aumento de 690,91%. O número de mulheres que trabalham na cooperativa vem aumentando ao longo dos anos analisados, houve um aumento de 14,97% de 2002 para 2004 e de 10,98% de 2003 para 2004. Estes números representam que a cooperativa valoriza o trabalho da mulher. A porcentagem de cargos de chefia ocupados por negros(as) em 2002 e 2003 era de 4%, já em 2004 nenhum negro(a) ocupou cargo de chefia na cooperativa.

Sendo assim, os objetivos geral e específicos foram atingidos e demonstrados por meio da pesquisa bibliográfica e por intermédio das análises que constam no trabalho.

Recomenda-se que a cooperativa tenha uma maior preocupação nas áreas nas quais há pouco investimento e ainda para aquelas que ao longo dos anos estão apresentando uma diminuição de valor, também se recomenda que a cooperativa crie um setor específico para controle das ações e que dê mais ênfase ao lado ambiental.

Uma sugestão a ser aplicada para futuras pesquisas é identificar como empresas de outros segmentos aplicam seus investimentos na área social, econômico e ambiental e de que forma essas ações refletem nos indicadores do Balanço Social. Outra sugestão é que se realize pesquisas mais frequentes para verificar se as organizações estão utilizando de maneira correta seus Balanço Social e mostrando sua responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas ABNT. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em : 07 out. 2005.
- ARAÚJO, Francisco José de. *Dimensões da Responsabilidade Social da Empresa*. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 129. p. 74, maio/jun de 2001.
- ASHLEY, Patrícia A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BATISTA, Halcina Melo. Posposta de um modelo de balanço social a ser aplicado nas indústrias têxteis. **Pensar contábil**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9 , p. 39-48, ago/out. 2000.
- BORGER, Fernanda G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação na dinâmica empresarial**. Tese de doutorado, FEA, USP. São Paulo, 2001.
- CAROL Archie B.; BUCHHOLTZ. Ann K. **Business & Society – Ethics and Stakeholders Management**. 4th ed. 1999.
- CASTRO, CLÁUDIO DE MOURA. **A prática da pesquisa**. São Paulo: MacGraw do Brasil, 1978.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CRC SC. **Conselho regional de contabilidade de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.crcsc.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2005.
- CVM. **Comissão de valores mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2005.
- IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2005.
- IBASE. **Modelo de Balanço Social**. Disponível em :<<http://www.ibase.org.br>>. Acesso: 04 set. 2005.
- INSTITUTO ETHOS. **Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial: versão 2001**. Disponível em: <<http://ethos.org.br>> Acesso em: 12 out. 2005.

INSTITUTO ETHOS: **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em :<<http://www.ethos.org.br>>. Acesso: 03 jun 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

KROETZ, César E. S. **Balanco Social – teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica :a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 1991.

MOTTA, Fernando C. Prestes. & CALDAS, Miguel P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanco Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 134. p. 51 mar/abril de 2002.

QSP – **Centro da qualidade, segurança e produtividade**. Disponível em: <<http://www.qsp.org.br>>. Acesso em: 02 nov. 2005.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. **Balanco social teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

SPINELLI, Enory Luiz. Balanco Social e Responsabilidade Técnica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 127. Jan/Fev 2001.

SOUZA, Herbert. **Empresa pública e cidadã**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 26 mar. 1997.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social: uma abordagem sócio econômica da contabilidade**. 1984 Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Atuaria) FEA/USP, 1984.

_____, João Eduardo Prudêncio. **Balço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

UNIMED FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://unimedflorianopolis.com.br>>. Acesso em: 28 ago. 2005.

VERGARA, SYLVIA CONSTANT. **Tipos de pesquisa em administração**. Caderno da EBAP, FGV. Rio de Janeiro: julho, 1990.

VERGARA, Sylvia Maria. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia & VIANA, Aurelina Laurentina. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 134, p. 26. mar/abril 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Cargo que ocupa na Cooperativa?
2. Há quanto tempo exerce o cargo?
3. Formação acadêmica (curso de graduação)?
4. Qual a importância da elaboração e divulgação d Balanço Social para a cooperativa?
5. Após a divulgação do Balanço Social, houve um crescimento na participação de mercado?
6. Quais as práticas de responsabilidade social da cooperativa?
7. Quais os critérios utilizados pela cooperativa para definir o montante de recursos a serem investidos em cada área?
8. Em que área a cooperativa investe mais recursos?
9. A cooperativa possui programas de educação ambiental para os colaboradores?
10. Estes programas têm apresentado resultados satisfatórios?
11. Como a cooperativa vê o trabalho voluntariado?
12. Qual o número de beneficiados pelos projetos sociais financiados pela cooperativa?
13. O retorno dos investimentos sociais financiados com recursos da cooperativa é satisfatório?
14. Na sua opinião, o balanço social deveria ser de elaboração e divulgação obrigatória para todas as empresas?

ANEXOS

ANEXO A – PROJETO DE LEI Nº 3.116/97**Câmara dos Deputados****PROJETO DE LEI Nº 3.116 DE 1997**

(Das Sras. Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling)

Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tiquete- refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações providenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Parágrafo Único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º. As empresas mencionadas no artigo 1º. deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7º e 8º. desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

Parágrafo Único: As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico-social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do balanço social.

Art. 7º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgão governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10 As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo Único: O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Um dos consensos mundiais neste final de século, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhague/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também outros setores sociais.

Ao mesmo tempo, novos contextos marcam o mundo do trabalho, tais como a diminuição do trabalho assalariado, aumento da participação feminina e processos de reconversão tecnológica. Novos mecanismos de negociação entre empregados e empregadores são estabelecidos e se consolida, cada dia mais, a necessidade de maior visibilidade de indicadores desses contextos.

Acrescer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social é responder a uma demanda de prestação de contas formal dos investimentos feitos na empresa.

Registre-se que desde 1977 é obrigatória, na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Trazendo o debate para o Brasil, este tema tem merecido a atenção de Herbert de Souza, o Betinho, que propôs que fossem incluídas no Balanço Social novas dimensões, incorporando os investimentos das empresas na comunidade externa à empresa (Folha de São Paulo, 26.03.97).

Apresentá-los numa só peça demonstrativa contribuirá para identificar o *perfil social das empresas*. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compensação de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campos das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1997.

Deputada MARTA SUPLICY (PT/SP)

Deputada MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES (PT/RJ)

Deputada SANDRA STARLING (PT/MG)

ANEXO B – LEI Nº 11.440 DE 18/01/2000 – DEPUTADO ESTADUAL CÉZAR BUZATTO

Cria o Certificado Responsabilidade Social - RS - para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e das outras providências.

Paulo Odone Ribeiro, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 66 da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Social - RS - a ser conferido, anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, às empresas e demais entidades com sede no Rio Grande do Sul que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Para fins do disposto no "caput" as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art. 2º - Para os fins desta Lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 11 - O Balanço Social de que trata o "caput" será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 21 - Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta Lei, outorgando-lhes o Certificado de Responsabilidade Social - RS.

Parágrafo único. O Certificado de Responsabilidade Social - RS, de que trata o "caput" deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º - Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque RS.

Parágrafo único. Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

I - impostos - taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta - valor total da folha de pagamento, incluído os encargos sociais;

III - condições de trabalho - higiene e segurança de trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

- IV - alimentação - restaurante, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;
- V - saúde - plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;
- VI - educação - treinamento, programa de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;
- VII - aposentadoria - planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios oferecidos aos aposentados;
- VIII - outros benefícios - participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;
- IX - contribuições para a sociedade - investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;
- X - investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;
- XI - número de empregados - número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);
- XII - número de admissões - admissões efetuadas durante o período;
- XIII - políticas adotadas visando a diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais - descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão social de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Lei, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque RS.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, à conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, 18 de janeiro de 2000.

Deputado Paulo Odone Ribeiro

ANEXO C - PROJETO DE LEI Nº 0032 DE 1999

(Do Sr. Paulo Rocha)

Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

- I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;
- II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

- I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhado o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;
- II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;
- III – valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;
- IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;
- V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tiquete- refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações providenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluente e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

§ único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º. As empresas mencionadas no artigo 1º. deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7º e 8º. desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

§ único: As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico-social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do balanço social.

Art. 7º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgão governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10 As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

§ Único: O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Um dos consensos mundiais neste final de século, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhague/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também outros setores sociais.

Ao mesmo tempo, novos contextos marcam o mundo do trabalho, tais como a diminuição do trabalho assalariado, aumento da participação feminina e processos de reconversão tecnológica. Novos mecanismos de negociação entre empregados e empregadores são estabelecidos e se consolida, dada dia mais, a necessidade de maior visibilidade de indicadores desses contextos.

Acrescer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social é responder a uma demanda de prestação de contas formal dos indicadores desses contextos.

Registre-se que desde 1997 é obrigatória, na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Trazendo o debate para o Brasil, este tema mereceu a atenção de Herbert de Souza, o Betinho, que propôs que fossem incluídas no Balanço Social novas dimensões, incorporando os investimentos das empresas na comunidade externa à empresa (Folha de São Paulo, 26.03.97), tendo as deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, apresentado projeto de semelhante teor na última legislatura sob o nº 3.116. Embora não tenham sido reeleitas para esta legislatura, a importância da questão continua a exigir regulamentação, razão pela qual estou reapresentando o tema.

Apresentá-los numa só peça demonstrativa contribuirá para identificar o perfil social das empresas. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compreensão de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campos das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na buscas de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões.

Deputado Paulo Rocha PT/PA

ANEXO D - INSTRUÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA DVA

Instruções para preenchimento - Como as informações extraídas são da contabilidade, deverão ter como base o Princípio Contábil do Regime de Competência de exercícios.

1 – RECEITAS (soma dos itens 1.1 a 1.3)

1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços

Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde á receita bruta ou faturamento bruto.

1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão/Constituição

Inclui os valores relativos á constituição/baixa de provisão para devedores duvidosos.

1.3) Não operacionais

Inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 2.1 a 2.4)

2.1) Matérias-primas consumidas (incluídas no custo do produto vendido).

2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos (não inclui gastos com pessoal próprio).

2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros (inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros).

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidas, materiais, serviços, energia etc., consumidos deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.4) Perda / Recuperação de valores ativos

Inclui valores relativos a valor de mercado de estoques e investimentos etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre itens 1 e 2)

4 – RETENÇÕES

4.1) Depreciação, amortização e exaustão

Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (diferença entre os itens 3 e 4)

6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (soma dos itens 6.1 e 6.2).

6.1) Resultado de equivalência patrimonial (inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo). O resultado da equivalência poderá representar receita ou despesa; se despesa, deverá ser informado entre parênteses.

6.2) Receitas financeiras (incluir todas as receitas financeiras independentemente de sua origem).

7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (soma dos itens 5 e 6).

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (soma dos itens 8.1 a 8.5)

8.1) Pessoal e encargos

Nesse item deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não incluir encargos com o INSS – veja tratamento a ser dado no item seguinte).

8.2) Impostos, taxas e contribuições

Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social, todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídos neste item. Os valores relativos ao ICMS e IPI deverão ser considerados como os valores devidos ou já reconhecidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2 – Insumos adquiridos de terceiros.

8.3) Juros e aluguéis

Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto à instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos

Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item “lucros retidos”.

8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício

Devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.